



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO**

BIANCA DO NASCIMENTO CORRÊA DOS SANTOS

A FORMAÇÃO DO EDUCADOR EM UMA ESCOLA ORGANIZADA EM CICLOS

**RIO DE JANEIRO
2009**

BIANCA DO NASCIMENTO CORRÊA DOS SANTOS

A FORMAÇÃO DO EDUCADOR EM UMA ESCOLA ORGANIZADA EM CICLOS

Monografia apresentada à Escola de Educação da
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
como requisito principal para a obtenção do grau de
Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. CLAUDIA DE OLIVEIRA FERNANDES

Rio de Janeiro
2009

BIANCA DO NASCIMENTO CORRÊA DOS SANTOS

A FORMAÇÃO DO EDUCADOR EM UMA ESCOLA ORGANIZADA EM CICLOS.

Monografia apresentada à Escola de Educação da
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
como requisito principal para a obtenção do grau de
Licenciatura Plena em Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. CLAUDIA DE OLIVEIRA FERNANDES - Orientadora
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Prof^ª. Dr^ª. MARIA ELENA VIANA SOUZA
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

“Dedico este trabalho a todos que amo, pois são os maiores incentivadores de minhas lutas, e sem dúvida, os grandes merecedores de minhas conquistas.”

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha gratidão por me ter concedido o dom da vida e a possibilidade de completar mais uma etapa de minha existência.

Aos meus pais Regina e Gilberto, à minha irmã Beatriz e à família Nascimento Corrêa dos Santos pelo amor, apoio, dedicação e confiança em mim depositados.

À professora e orientadora, Claudia de Oliveira Fernandes, por me incentivar, acreditar e me fazer acreditar no meu potencial, despendendo sempre muito carinho e atenção.

Aos meus amigos e ao meu namorado Pablo Wesley pela compreensão.

Às minhas amigas e aos meus colegas de curso pelo companheirismo.

A Banca examinadora, por se dispor a analisar este trabalho.

A verdadeira pedagogia é a arte de fazer da curiosidade algo
metódico e permanente.
É assim que o ser humano conhece e se reconhece.
É importante aprender a aprender para que nossas aulas não se
transformem em velhas e enfadonhas lições.
(Paulo Freire)

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivos foi identificar as necessidades do professor para se atuar no sistema de ciclos e buscar compreender a formação ideal para atuar nessa proposta pedagógica. Para isso, a pesquisa foi realizada a partir de uma experiência concreta existente no município de Niterói. Para alcançar os objetivos desse trabalho foi necessário, inicialmente, fazer uma retrospectiva histórica da implementação dos ciclos no Brasil. Num segundo momento, foram analisadas as propostas pedagógicas da Rede Municipal de Niterói dos anos 1999 e 2005, pois o município tinha como meta a implementação dos ciclos em sua rede de escolas. Para compreender melhor estas propostas e para complementar a análise documental foi realizada uma entrevista com uma professora da própria rede. Os resultados encontrados foram além de minha expectativa, pois não existe uma formação ideal para a qual possamos listar as melhores atribuições, mas sim um profissional que tenha uma formação continuada, que seja capaz de desenvolver competências necessárias para ensinar e que sua prática seja constituída da reflexão sobre a ação, pautada em relações com afetividade.

Palavras-chave: ciclos, formação continuada e afetividade

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
OBJETIVOS DA PESQUISA	
1.1 OBJETIVOS	12
1.2 JUSTIFICATIVA	12
1.3 METODOLOGIA	13
1º CAPITULO - A HISTÓRIA DOS CICLOS NO BRASIL: E ALGUNS APONTAMENTOS	14
2º CAPTULO - ANALISE SOBRE AS PROPOSTAS PEDAGÓGICAS DO MUNICÍPIO DE NITERÓI.	17
3º CAPITULO - FORMAÇÃO DE PROFESSORES E FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA: RELAÇÕES NECESSÁRIAS	24
4ºCAPITULO - AFETIVIDADE E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: O FUNDAMENTAL PARA SE REPENSAR UMA MUDANÇA DE CONCEPÇÃO DE ESCOLA -	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	36
ANEXOS	38

INTRODUÇÃO

Caminhando para o encerramento de mais uma etapa de minha vida, com o término deste estudo pude constatar que vivemos em tempos de profundas mudanças nas esferas políticas, econômicas e sociais. É nesse cenário complexo que a função das estruturas educacionais é questionada como: a formação do profissional da educação, o papel da escola na formação dos indivíduos, quais competências a serem desenvolvidas, entre outros.

Durante todo este tempo desde o ingresso no 2º semestre de 2005 até ano de 2009 nesta Instituição, venho acompanhando diferentes professores que tentaram demonstrar que ainda é possível fazer uma educação inovadora neste país.

Acredito que durante estes quatro anos na UNIRIO estabeleci um relacionamento enriquecedor com professores e amigos que proporcionaram válidas trocas de conhecimentos, exercícios de escuta e junto com minhas experiências adquiridas em estágios, essas trocas me fizeram refletir como seria o perfil deste novo educador dentro de um sistema educacional de ciclos com a finalidade de buscar uma melhoria na qualidade de ensino.

Além disso, acentuou a minha identificação com este estudo, porque estou concluindo a graduação de Pedagogia e me preocupo muito com minha formação futuramente, pois nossa formação deve estar sempre em movimento.

Esse estudo pretendeu discutir o sistema de ciclos presente na rede Municipal de Niterói e as necessidades de se construir um novo perfil para o profissional da educação, que essa nova forma de conceber a escola e suas relações, demanda. Para isso, estabeleci diálogo com autores que tratam da formação continuada de professores como Philippe Perrenoud, Mônica Thurler, Antonio Nóvoa e Maurice Tardiff. Também se buscou referencial em autores brasileiros que estudam a temática dos ciclos e suas relações com as demandas que tal organização da escolaridade traz. O estudo tomou como referência, basicamente, as contribuições de Claudia Fernandes e Andréa Fetzner, em relação aos ciclos.

Primeiramente, para dar início a este trabalho é de grande importância pesquisar como se deu o processo histórico do sistema de ciclos na sociedade

brasileira, pois acredito que a partir desse estudo seja possível ainda construir uma nova escola.

Os autores que escolhi me auxiliaram a atingir os objetivos da minha pesquisa. Perrenoud nos aspectos da formação do profissional de educação e dos desafios das aprendizagens no sistema educacional organizado em ciclos e Thurler nas questões das novas práticas do desenvolvimento dos educadores. Nóvoa, no sentido das relações entre a formação continuada e a organização das escolas. Tardiff no que tange à discussão acerca dos saberes docentes. Fernandes trata da história da implantação dos ciclos em Niterói, bem como discute os desafios de se pensar uma nova escola, ou seja, uma mudança de ordem epistemológica. Os demais autores trazem questões importantes em relação às implicações da adoção dos ciclos para o trabalho pedagógico e conseqüentemente para o trabalho docente.

Perrenoud nos convida a encarar a realidade da educação no século XXI. Para o autor, apesar de vivermos em um mundo cercado de transformações econômicas, sociais e tecnológicas, a educação não modificou a sua história.

Temos que reconhecer que existe um grande abismo entre nossos ideais de um espaço escolar que se desenvolva com autonomia, abertura ao mundo, tolerância, espírito de pesquisa, solidariedade, senso de cooperação, entre outras. Como diz Perrenoud, como podemos desejar uma escola desta forma se não valorizamos a figura do professor?

Por isso, ressalta a reflexão sobre a formação ideal dos professores para uma escola ideal. No decorrer deste trabalho estarei pautando esses ideais para formação dos profissionais de educação e as competências necessárias a serem desenvolvidas.

Thurler (2002) nos apresenta as dificuldades encontradas neste momento de transição dos sistemas escolares que ocorre em todo o mundo na tentativa de substituir os modelos tradicionais de gestão centralizados por outros modelos mais participativos que envolvam professores, pais e comunidade.

Com essas mudanças nos sistemas educacionais, Thurler diz que é preciso organizar uma outra identidade do profissional de educação, uma vez que o mesmo se encontra em uma realidade distante de seus ideais e ressalta

também os espaços educacionais que sofreram modificações dos sistemas, necessitando de uma nova identidade.

O modelo de uma gestão participativa exige algo que considero fundamental para função do educador – inovar sua prática pedagógica e solucionar problemas dos alunos – percebo que este profissional é muito mais sensível em suas atitudes, diferenciando-se bastante do sistema tradicional de educação.

Em sua obra, Thurler destaca quatro abordagens para o desenvolvimento profissional dos professores, que estarei aprofundando neste trabalho.

Fernandes em sua tese destaca a conjuntura da implementação do sistema de ciclo na Rede Municipal de Niterói que foi criado em 1999. Essa nova proposta tinha por objetivo reorganizar o ensino fundamental em ciclos de maneira flexível com a seriação e também garantir a aprendizagem dos educandos, oferecendo maiores oportunidades para o conhecimento escolar.

A implementação do sistema de ciclos em Niterói tem dez anos de existência e exigiu diversas mudanças, com isso poderemos estar analisando sua trajetória, até porque os resultados de investimento em educação não são imediatos, mas se dão ao longo do processo.

As discussões que serão apresentadas neste trabalho por esses autores, juntamente com minhas reflexões, contemplam o objetivo da minha pesquisa que é buscar o perfil do profissional de educação, o qual atua num sistema educacional organizado por ciclos.

Em suma, a monografia teve como propósito fazer um aprofundamento teórico em relação ao conceito de ciclo e compreender qual seria o perfil dos docentes neste sistema educacional.

OBJETIVOS

- Identificar as necessidades dos educadores para se adaptar ao sistema de ciclos;
- Discutir o projeto de formação continuada dos professores em relação ao desenvolvimento das atividades realizadas no cotidiano da escola, face à política educacional dos ciclos na rede de Niterói.

Esse trabalho está organizado em quatro capítulos: o primeiro traz alguns apontamentos sobre a história dos ciclos no Brasil; o segundo analisa as propostas pedagógicas dos anos de 1999 e 2005 do Município de Niterói; o terceiro capítulo discute a formação do professor na relação com a função da escola; o quarto capítulo destaca a importância da afetividade na formação professor, e por fim, teço algumas considerações finais. Boa leitura.

JUSTIFICATIVA

Nos últimos anos, tem sido significativa a veiculação nos noticiários, a argumentação de que a escola em ciclos, ao ter como princípio a não reprovação, retiraria do professor o seu papel em sala de aula, uma vez que os alunos seriam aprovados automaticamente, e por essa razão, não apresentariam uma aprendizagem significativa.

Afirmo que escutar uma informação desta sem esclarecer o assunto, deixaria, realmente, muitos pais e educadores preocupados. Ressalto que uma das características do ciclo não é a retenção, no entanto, isso não significa que o aluno não seja avaliado.

Enfim, a escola ciclada tem outros propósitos, alguns muito distintos da escola seriada que estamos acostumados, por isso exige grandes mudanças principalmente na consciência deste educador.

Entendendo este tema como um tema emergente da educação, faz-se necessário que mais pesquisas e estudos sejam feitos nessa direção para que os mal entendidos possam ser desfeitos e se possa de fato, debater, sem folclores, as demandas que as políticas de ciclos trazem para a escola, em especial nesse trabalho, as implicações para o trabalho e a formação docente.

METODOLOGIA

Para este trabalho, foi organizado inicialmente um estudo do material teórico, a fim de fornecer uma base teórica sobre o assunto abordado. Posteriormente foram analisados documentos que serviram de base para a implantação da proposta do sistema de ciclos da Rede Municipal de Niterói nos anos de 1999 e 2005.

Em complementação ao estudo bibliográfico e à análise documental, foi aplicado um questionário a uma supervisora pedagógica de uma escola na qual

a implantação dos ciclos foi debatida entre os professores e equipe de orientadores, diretor. A escolha da entrevistada se deu também pelo fato de ter participado como professora da rede de uma equipe de delegados formada pela secretaria de educação no ano de 2005, que teve como atribuição ouvir dos professores as dificuldades que encontravam a partir da implantação dos ciclos, concorrendo assim para pensar e planejar ações relativas à formação continuada dos professores na rede de Niterói.

CAPITULO I - A HISTÓRIA DOS CICLOS NO BRASIL: alguns apontamentos.

Ao iniciar este trabalho faço uma retrospectiva neste primeiro capítulo sobre a implementação dos ciclos na educação brasileira.

Nos anos 50, o Brasil vive o seu momento industrial, ou seja, período de modernização e investimentos em infra-estruturas, como por exemplo, abertura de novas estradas em suas principais cidades. O país se encontrava neste ritmo desenvolvimentista que era marca de governo do presidente Juscelino Kubitschek em desenvolver o Brasil "50 anos em 5 anos".

Toda essa motivação em relação ao desenvolvimento nacional, refletiu no contexto educacional, que durante este período apresentava altas taxas de analfabetismo, evasão, repetência, falta de escolas, ausência de programas de formação de professores. (FERNANDES, 2003).

Para a mudança desse quadro, ao longo da década de 50, foram importantes políticas de promoção ou temáticas em várias redes de ensino público no país. Essa política preocupava-se apenas em reorganizar a profissão dos alunos ao longo dos anos escolares. Do ponto de vista pedagógico, em relação qualidade do ensino, essa política mostrou-se precária.

Nas décadas de 60 e 70 se iniciou a construção dos ciclos no Brasil, mas somente nos anos 80 que houve uma ampliação dos ciclos para as séries iniciais do Ensino Fundamental (os Ciclos Básicos de Alfabetização). Podemos afirmar que durante a década de 80, um período de transição democrática, algumas redes estaduais do país como São Paulo, Minas e Paraná eliminaram a seriação no início do ensino fundamental com o objetivo de superar o fracasso verificado no começo da alfabetização. Mais tarde, ao longo dos anos 90, os ciclos se ampliaram em diferentes redes.

A evolução dos programas de Ciclos Básicos de Alfabetização (CBA) resultou em uma experiência relevante para educação brasileira, pois atuava como uma política de redemocratização da educação que tinha como objetivo principal reverter o quadro de reprovação e evasão das séries iniciais do ensino fundamental.

A implantação dos CBA's trouxe mudanças na concepção de alfabetização e avaliação da aprendizagem e permitiu que a expansão dos ciclos para todo o ensino fundamental, passasse a acontecer em algumas redes públicas de ensino no Brasil, a partir da década de 90.

Nos anos 90 o sistema de ciclos ganhou uma densidade teórica e, em vários municípios e estados, passou a abranger o ensino fundamental completo. As cidades que neste momento estavam sendo administrada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), iniciaram-se a implementação dos programas denominados Ciclos de Formação.

Perceba que os ciclos escolares vêm gerando novos espaços de debates deixando de ser apenas uma questão pedagógica, mas também política.

Toda essa estrutura que vem se consolidando durante as décadas de 70,80 e 90 teve a influência das novas teorias, por parte da pedagogia, pelos estudos de Piaget e Ferreiro que auxiliaram a fundamentar as propostas pedagógicas dos ciclos, com o entendimento de que o educando constrói seu conhecimento, e dessa forma, sua aprendizagem se dará conforme os seus ritmos e tempos, até que ela seja realizada.

A nova Lei de Diretrizes e Bases (LDBEN\96) prevê a possibilidade de organização da escolaridade em ciclos e os Parâmetros Curriculares Nacionais (1996) também se referem à implementação dos ciclos para o ensino fundamental, propondo que sejam organizados de dois em dois anos, na perspectiva de ciclos de aprendizagem.

A construção histórica do sistema de ciclos foi elaborada por educadores, especialistas, professores que participaram de congressos, fóruns e não somente por técnicos ou gestores da educação. Essa troca de experiências ocorreu em várias partes do país, no entanto as propostas foram diferenciadas devido às condições de produção de cada comunidade educativa.

É importante ressaltar que a partir dessas construções se encadeou um avanço significativo nas pesquisas, nos estudos e nas experiências brasileiras e também estrangeiras que apontam a escola em ciclos como uma possível proposta de ser organizar a escola, o que isto significa? - reorganizar,

ressignificar, replanejar e também reinventar as questões relativas à organização e à dinâmica escolar.

O sistema ciclo tem a intenção de regularizar o fluxo de alunos ao longo da escolarização, a fim de assegurar que todos possam cumprir os anos de estudo previstos para o ensino obrigatório, sem interrupções e retenções que inviabilizem a aprendizagem efetiva e resultando em uma educação de qualidade.

Ressalto, que um das maiores funções da escola é perpetuar o conhecimento, já produzido pela a humanidade para as gerações futuras e, portanto, assume o papel de socializador do saber. Sendo assim, devem estar a serviço da inclusão social e do crescimento e do enriquecimento dos sujeitos. O sistema de ciclos visualiza a escola sendo concebida desta forma e não sendo um local de segregação ou exclusão, o que acontece no sistema seriado.

Ao discutir a política de ciclos surgem várias implicações no cotidiano escolar. Acredito que grande dificuldade em conseguir a realização de uma escola ciclada, de fato, no sistema educacional brasileiro, seja porque a concepção dos ciclos se choca com uma cultura escolar tradicional, cristalizada na seriação que denomino de "tudo ou nada", ou seja, não existe uma flexibilidade de tempo para aprendizagem do aluno. É importante destacar que as condições básicas de se organizar a escola em ciclos não foram asseguradas. Por exemplo: definição de objetivos de aprendizagem claros e coerentes com as possibilidades reais dos alunos; organização de grupos paralelos de apoio pedagógico para aqueles com aprendizagens insuficientes; trabalho coletivo dos professores na escola, articulado em torno de um projeto educativo comum e, especialmente, adequada formação dos professores para ensinar mais e melhor aos alunos. Enfim, muitas dificuldades ainda são encontradas na implementação do ciclos nas escolas, pois muitas dessas condições não foram garantidas para sua realização, por isso as propostas de ciclos acabaram sendo identificadas com a idéia de promoção automática, que freqüentemente não conta com a simpatia da opinião pública, de um modo geral, e também dos próprios profissionais de educação por falta de conhecimento.

CAPÍTULO II – UMA BREVE ANÁLISE SOBRE AS PROPOSTAS PEDAGÓGICAS DO MUNICÍPIO DE NITERÓI.

No segundo capítulo deste trabalho destaco como a Rede Municipal de Educação de Niterói começou a reorganizar o seu sistema de ensino através dos ciclos.

Na gestão do Secretário de Educação Comte Bittencourt pensou-se pela primeira vez na proposta de incluir os ciclos nas escolas, num contexto em que os educadores tinham dificuldade de compreender o conceito de avaliação continuada. Concordo com definição de Fernandes sobre a avaliação na escola em ciclos.

“A avaliação na escola em ciclos traz como princípio a idéia de que todos os alunos são capazes de aprender, que têm ritmos próprios de aprendizagem e que seus processos de aprendizagem não devem ser interrompidos ano a ano, da mesma forma que uma criança não é reprovada pelo simples fato de não ter aprendido a andar aos 12 meses de idade. Portanto, a avaliação continuada mantém uma coerência com os princípios teóricos dos ciclos de escolaridade.” (2008, p. 54)

Entretanto, na gestão do Secretário Waldeck Carneiro, em 2005, foi elaborada uma nova proposta, cuja implementação se tornou definitiva em 2008 através das portarias 125/2008 e 132/2008.

Em 1999, surge a primeira proposta pedagógica que buscava reorganizar a estrutura de ensino pautada nesses objetivos: “... redimensionar a lógica que organiza os recursos, os processos, as relações de tempo e o espaço da escola.” (Documento Preliminar para Proposta Pedagógica, 1999) .

Fernandes (2003) destaca, em sua tese, toda a conjuntura da implementação do sistema de ciclo na Rede Municipal de Niterói, criado em 1999, cuja proposta pedagógica tinha por objetivo reorganizar o ensino fundamental em ciclos, sendo uma forma de tornar a escolaridade mais flexível do que a seriação. A proposta era também garantia da aprendizagem dos educandos, oferecendo maiores oportunidades para que estes tivessem acesso ao conhecimento escolar.

Segundo Fernandes (2003, p.151)

A implantação dos ciclos surge então, como uma alternativa intermediária entre o sistema tradicional de escolaridade (série/aprovação/reprovação) e o sistema adotado anteriormente para a rede (seriação/avaliação continuada/promoção automática). O novo sistema organiza-se

em ciclo/aprovação/retenção/reorientação/progressão parcial (dependência).

E ainda, Fernandes (2003, p.151) analisa em relação à proposta de 1999:

Diferentemente da maior parte das redes de ensino público, a implementação do sistema de ciclos em Niterói termina com a impossibilidade de retenção. Se, nas propostas de implementação dos ciclos, a ênfase é dada na flexibilização do tempo e tem-se o foco na não-retenção dos alunos, procurando-se romper com a cultura da repetência, em Niterói, a presença de uma escolaridade em ciclos permite, através da flexibilização do tempo, um ajuste entre a progressão automática da proposta anterior e as retenções entendidas como necessárias para corrigir distorções de defasagem de conhecimentos, como o documento explicita.

A configuração em 1999 compreendia que a Educação Infantil e o Ensino Fundamental que deviam ser vistas com uma etapa integrada da Educação Básica. O sistema de ciclos da Rede se formou com nove anos de escolaridade, sendo quatro ciclos:

1º Ciclo terá a duração de três anos e faixa etária de 6,7,8 ou 9 anos de idade;

2º Ciclo terá a duração de dois anos e faixa etária de 9,10,11 ou 12 anos de idade;

3º Ciclo terá a duração de dois anos e faixa etária de 11,12,13 ou 14 anos de idade;

4º Ciclo terá a duração de dois anos e faixa etária a partir de 13 anos, com limite de idade determinado em função dos critérios pedagógicos e que não ultrapassem os 16 anos de idade. (Documento Preliminar para Proposta Pedagógica, 1999).

Existem diferenças entre as propostas de 1999 e 2005 que são significativas para suas implementações, no cotidiano escolar.

No ano de 1999 a proposta pedagógica intitulada "Construindo a escola do nosso tempo" estruturou as escolas da Rede com os Ciclos de Aprendizagem, uma avaliação conceitual, onde o professor estabelece um valor a ser atribuído às aprendizagens desenvolvidas pelo aluno e que equipe pedagógica ou Grupo de Trabalho (GT) que era formada por diretor(a), coordenação da escola, orientador(a) e supervisor(a) educacional. Porém, na proposta, o GT atuava separadamente, cada um com as suas funções.

Os ciclos de aprendizagens surgem com a intenção de reorganizar o tempo da vida escolar do educando, devido ao seu baixo desenvolvimento apresentado no Ensino Fundamental e permitem que os alunos permaneçam por mais de um ano com mesmo professor, e assim o professor pode observar os processos de aprendizagens já iniciados anteriormente como um "ciclo de estudos no qual não há mais reprovação" (Perrenoud, 2004 p.35)

Devo ressaltar que a proposta de ciclos não é uma solução para o fracasso escolar, mas sim uma proposta de reformular a estrutura escolar vigente e também que considera a individualidade do educando.

Em 2005, a Proposta Pedagógica Escola de Cidadania se organizou através dos Ciclos de Formação, avaliação continuada ou formativa, reagrupamento e o GT formado por diretor(a), coordenação da escola, orientador(a) e supervisor(a) educacional. Porém, nessa proposta, estes profissionais se reúnem para planejar a organização da escola. Em 2008, o GT foi substituído pela Equipe de Articulação Pedagógica (EAP).

Os ciclos de Formação propõem uma escola que integre os conteúdos à realidade do educando e à organização social vigente e também exige uma visão do educador que seja conscientizar o educando acerca dos tempos distintos da construção do seu próprio conhecimento.

O reagrupamento é uma estratégia pedagógica que visa dar um apoio aos alunos, durante o seu desenvolvimento no ciclo, esta é uma idéia também defendida por Arroyo, "flexibilidade de relacionamentos entre gerações e semelhantes para melhor aprender as matérias, aprender a aprender, mas também o que os outros pesam, os significados que dão na cultura" (2000, p.169)

Além das diferenças entre a proposta pedagógica de 1999 e de 2005, para sua efetivação deve-se levar em conta o seu processo de implementação na rede de ensino do Município, uma vez que no documento de 1999 foi dada como uma possibilidade de uso para os educadores, porém inserida na rede sem uma ampla discussão entre os docentes e a comunidade escolar, ao contrário, do ano de 2005 que trouxe a proposta fazendo um diálogo com os educadores.

Perceba que durou seis anos para que a proposta se reorganizasse e mais três anos para se tornar definitiva. Modificar a estrutura de uma escola é

algo muito complexo, depende de muitos fatores como: trabalhar a comunidade, currículo, avaliação, formação de docente e as questões políticas são primordiais.

A tentativa da Rede Municipal de Educação no momento da reelaboração de sua proposta pedagógica foi demonstrar que o sistema de seriação não mais atendia às necessidades da sociedade atual, e que era preciso avaliar suas estratégias educativas.

É importante destacar que implantar uma nova concepção de escola é algo de desafiador, uma vez que este sistema vem romper com toda a idéia que durante todo um século foi se consolidando, de que é natural, que as escolas sejam instituições vistas como um meio de se reproduzir o poder vigente.

A perspectiva dos ciclos é de que se construa uma forma de organizar a escola com novas práticas educativas, se distanciando das que já foram desenvolvidas até o momento.

O sistema de ciclo permite a construção de novos espaços-tempos na escola. Para se fazer uma escola diferenciada, necessita-se de uma pedagogia diferenciada, que também exige uma avaliação diferenciada, que hoje se entende ser uma avaliação formativa, onde “não se espera até o final do percurso para fazer balanços formativos e opções estratégicas.” (Perrenoud, 2004 p.42)

Acredito que os ciclos sejam uma forma, realmente, de refletir sobre a organização escolar, uma vez que considera as fases do desenvolvimento humano. Concordo com Krug quando diz que “ensinar uma criança de sete anos e outra de dez anos a ler vai exigir da escola situações educativas diferenciadas, pois essas duas crianças têm percepções e mesmo potencialidades de desenvolvimento diferenciadas” (2001, p.25)

Enfim, ressignificar o trabalho educativo é repensar na organização do tempo e espaço da escola e propor atividades que contribuam para formação plena da criança, jovens e adultos.

Entrevistei uma professora que atua na Rede Municipal de Niterói que é coordenadora pedagógica e tem a função de orientar os demais professores e pode observar e sentir as mudanças dessas propostas pedagógicas no cotidiano da escola.

A Professora, em seu depoimento, diz que em 1999, a reação dos profissionais com a implementação dos ciclos na rede foi ruim, apesar de grande parte dos professores ter gostado do retorno da possibilidade da retenção. Já de 2005 a 2008 foi sendo construída uma aceitação maior por parte dos educadores, mas, mesmo assim, com críticas.

A entrevistada relata que a Secretaria de Educação do Município realizou maciçamente, no período de 2005 a 2008, muitas discussões nas escolas, diversos encontros entre os profissionais de diferentes escolas, seminários. A Fundação Municipal de Educação de Niterói¹ (FME) também ofereceu inúmeros cursos de formação continuada realizadas nas escolas a partir das demandas de cada uma.

É notável através do relato da Professora, que a Secretaria Municipal de Educação não poupou investimento para fazer uma ampla discussão sobre os ciclos com profissionais, a Professora também diz que *desconhece se houve toda essa mobilização em 1999 com a proposta pedagógica*.

Segundo a Professora pode observar, ocorreram mudanças relevantes na rotina profissional, na medida em que a proposta prevê que os docentes se organizem por equipes em cada ciclo e há um número maior de professores do que de grupos de alunos, o que viabiliza a realização de reagrupamentos e também disponibiliza mais horários para planejamento coletivo.

Um fato observado pela professora foi de que através da organização das equipes pedagógicas, permitiu-se que o planejamento fosse realizado coletivamente. Acredito que as ações coletivas quando são construídas dentro do espaço escolar fazem com que o ensino seja implementado democraticamente na escola.

No decorrer da entrevista, ela relata também que é possível observar diferenças em relação às práticas realizadas pelos educadores, nos reagrupamentos, onde se realizam oficinas e os alunos escolhem as atividades que desejam participar. Há também o incentivo aos trabalhos em grupo e atividades diversificadas em sala. Outra mudança é a participação dos alunos nos Conselhos de Avaliação e Planejamento do Ciclo.

¹ Em Niterói, tem-se a Secretaria Municipal de Educação e a Fundação Municipal de Educação, responsável pela formação continuada dos professores.

Na escola na qual atuou durante o período de 2005 a 2008, ressalta que o comportamento dos professores da equipe da Unidade Escolar da escola demonstrou comprometimento e responsabilidade e que houve uma preocupação com a gestão participativa, com decisões coletivas. Havia também um clima de solidariedade, onde os problemas enfrentados por cada um eram discutidos por todos e se buscava as soluções também no coletivo. Os alunos eram vistos como alunos de todos.

Como é possível verificar, a organização dos ciclos na escola propicia um clima diferente no cotidiano da escolar, pois como a professora mesmo relatou, as dificuldades são enfrentadas por todos. Com essa mentalidade, a escola que valoriza o coletivo favorece o despertar de sentimentos como a solidariedade, amizade, empatia, respeito entre outros.

Quando perguntei em relação à formação dos docentes e quais a necessidades existentes, a professora diz que na escola em que atuou, a formação, de um modo geral, é muito boa, muitas professoras têm pós-graduação e estão constantemente envolvidas em algum tipo de formação continuada, além do movimento da própria escola de se auto-formar.

A professora declara:

Acredito que o investimento decisivo agora seria o de melhoria salarial, pois muitas professoras não se dedicam tanto quanto gostariam porque têm de se dividir em outras escolas para conseguir uma remuneração razoável.

Complementando, a professora ainda afirma que do ponto de vista da formação continuada para os docentes, a rede oferece uma intensa formação.

Mesmo com todo esse movimento realizado pela Secretaria de Educação para motivar os seus profissionais, a professora conta que a recepção dos pais dos alunos com a nova proposta de ensino não foi tão bem aceita, pois não compreendem e também não houve investimento suficiente no diálogo com as famílias.

Com todo o relato, podemos afirmar que a implementação do sistema de ciclos em Niterói, em seus dez anos de existência, exigiu diversas mudanças. Entendemos também que investir em educação faz com os resultados não sejam imediatos, mas que acontecem ao longo do processo e a longo prazo.

Como já foi dito anteriormente, o objetivo deste trabalho é refletir sobre e qual seria a formação ideal para o docente em uma escola que se organiza em

ciclos. Daí a importância da formação continuada dos educadores, porém tecerei essa questão no próximo capítulo deste trabalho.

CAPÍTULO III - FORMAÇÃO DE PROFESSORES E FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA: RELAÇÕES NECESSÁRIAS.

Vivemos em tempos que a educação vem sendo mais discutida, porém sabemos que mudar a realidade educacional em nosso país é algo demorado, pois a mudança envolve valores, crenças, atitudes e conhecimentos de uma sociedade. Talvez a dificuldade de se implementar uma nova proposta pedagógica seja porque ela venha romper com todo um ideal de escola definido até o momento.

Para pensarmos em uma formação ideal para o professor devemos primeiramente definir a função social da escola que desejamos alcançar. Quando refletimos sobre a função social das instituições educativas implica repensar em diversos fatores de sua organização, pois entendemos a escola como um local de formação de sujeitos.

Quando refletimos sobre qual será a função social que a escola representa teremos que repensar também quais as responsabilidades que educador irá assumir nesta nova perspectiva. As questões são muito complexas, pois não se referem apenas em mexer com a estrutura escolar, mas sim conscientizar a todos que estão envolvidos diretamente ou indiretamente.

Segundo a Lei de Diretrizes Bases 9493/96 (LDB) em seu artigo décimo terceiro, o educador deve "I. participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; II. elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; III. zelar pela aprendizagem dos alunos; IV. estabelecer estratégias de recuperação dos alunos de menor rendimento; V. ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; VI. colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade."

Nota-se que o papel do professor está muito além da transmissão de conhecimentos. As relações sociais entre professores e alunos dentro da escola são fatores essenciais para o desenvolvimento do processo de aprendizagem. É importante ressaltar que muitas vezes esses atores escolares passam mais tempo juntos do que com seus próprios familiares.

Devemos também questionar qual sujeito almejamos formar para a sociedade: um indivíduo que reproduza as ações já definidas pelo poder vigente, ou um indivíduo que seja capaz de analisar, refletir e questionar a sua própria realidade ou até mesmo transformá-la?

Para conceber a função social da escola é preciso considerar que a mesma está implicada com duas esferas, sendo uma esfera micro, voltada para formação do educando e uma esfera macro, concordando com Fernandes quando diz que a maior função da escola é de "... perpetuar o conhecimento já produzido pela humanidade ao lado do papel socializador e que essas duas tarefas da escola devem estar a serviço da inclusão social e do conhecimento e do enriquecimento dos sujeitos...".(2006 p.95).

No segundo capítulo apresentei as propostas pedagógicas da Rede Municipal de Niterói que tinha como objetivo reorganizar o espaço escolar através do sistema de ciclos. Para atingir os seus objetivos, a rede teve que capacitar seus professores -em-novas competências para sua prática.

Preencher todas as lacunas da função da escola é algo bastante desafiador, mas acredito temos que investir principalmente na formação dos docentes, pois os considero também como sendo a ponte de comunicação entre os alunos e os pais. Perrenoud (2002), afirma que a formação de professores não se realiza sem fazer escolhas ideológicas, portanto podemos entender ao analisar a proposta pedagógica do Município de Niterói, que o documento descreve como pensa a escola a fim de ser responsável também por um projeto de sociedade.

Quando o educador que está sempre em busca do aperfeiçoamento de sua formação, faz com que a evolução de suas competências amplie o seu campo de trabalho e modifique a sua prática. Perrenoud ao falar sobre o professor do século XXI define as dez competências necessárias: "1-Organizar e animar situações de aprendizagem; 2-Administrar a progressão das aprendizagens; 3-Conceber e fazer evoluir dispositivos de diferenciação; 4.Comprometer os alunos com sua aprendizagem e seu trabalho; 5-Trabalhar em equipe; 6-Participar da gestão da escola; 7-Informar e inserir os pais; 8-

Usar novas tecnologias; 9-Enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão e 10-Administrar sua própria formação continuada.”²

É importante perceber nesta lista de competências e identificar o que compete cada item. Os quatro primeiros itens destacam as competências mais específicas para serem trabalhadas na formação continuada.

O primeiro item- “Conhecer, em uma determinada disciplina, os conteúdos a ensinar e sua tradução em objetivos de aprendizagem; Trabalhar a partir das representações dos alunos; Trabalhar a partir dos erros e obstáculos à aprendizagem; Construir e planejar dispositivos e seqüências didáticas.

e Comprometer os alunos em atividades de pesquisa, em projetos de conhecimento.”

O segundo item - “Conceber e administrar situações-problemas de acordo com os níveis e possibilidades dos alunos; Adquirir uma visão longitudinal dos objetivos do ensino fundamental; Estabelecer as ligações com as teorias subjacentes às atividades de aprendizagem; Observar e avaliar os alunos nas situações de aprendizagem, segundo uma abordagem formativa; Estabelecer balanços periódicos de competências e tomar decisões de progressão.”

O terceiro item - “Administrar a heterogeneidade no interior de um grupo-classe; Eliminar a separação, ampliar a gestão de classe para um espaço maior; Praticar a ajuda integrada, trabalhar com os alunos que apresentam dificuldades; Desenvolver a cooperação entre alunos e certas formas simples de ensino mútuo.”

O quarto item - “Susitar o desejo de aprender, explicitar a relação com o saber, o sentido do trabalho escolar e desenvolver a capacidade de auto-avaliação na criança; Instituir e fazer funcionar um conselho de alunos (conselho de classe ou de escola) e negociar com os alunos diversos tipos de

² www.unige.ch/fapse/SSE/teachers/perrenoud/php_main/php_1999/1999_36.html#Heading1> Acessado 07.11.09.

regras e de contratos; Oferecer atividades de formação opcionais, "à la carte"; Favorecer a definição de um projeto pessoal do aluno." ³

A escola deveria ser o espaço que preza pela valorização e formação de seus profissionais, como também descobrir as novas competências para atender novas realidades.

Thurler (2002, p.89) diz que os novos paradigmas que os educadores irão confrontar estão no desafio de reinventar a sua escola como um ambiente de trabalho e inovar a sua prática profissional. Quando se refere a um ambiente de trabalho compreendo a importância de se conscientizar sobre o novo papel que a escola assume perante a sociedade.

O paradigma de inovar a prática do educador, dito por Thurler, completa o pensamento de Perrenoud que diz que apesar de o profissional ter todas as competências, é preciso ter uma prática reflexiva, pois através da reflexão de suas ações podem surgir novos saberes.

O autor define duas idéias que não são competências, mas são posturas fundamentais: a prática reflexiva e a implicação crítica.

"A prática reflexiva porque, nas sociedades em transformação, a capacidade de inovar, negociar e regular a prática é decisiva". Ela passa por uma reflexão sobre a experiência, favorecendo a construção de novos saberes."

"A implicação crítica porque as sociedades precisam que os professores envolvam-se no debate político sobre a educação, na escala dos estabelecimentos escolares, das regiões e do país. Esse debate não se refere apenas aos desafios corporativos ou sindicais, mas também às finalidades e aos programas escolares, à democratização da cultura, à gestão do sistema educacional, ao lugar dos usuários, etc." (Perrenoud, 2002 p.15)

Enfim, concluo que com toda discussão até o momento que a formação ideal de profissional de educação vai muito além da formação continuada e das propostas de competências definidas por Perrenoud, pois exige uma mudança comportamental do profissional.

Com esses quatro itens que destaquei anteriormente, podemos perceber que a função do professor se torna muito mais dinâmica, pois está sempre

³www.unige.ch/fapse/SSE/teachers/perrenoud/php_main/php_1999/1999_36.html#Heading1

procurando compreender as identidades dos educandos e também buscar os seus interesses.

Acredito que a relação professor e aluno construída com afeto faz com que o espaço escolar tenha respeito, compreensão, escuta, cooperação, solidariedade e prazer no convívio social com o outro. É fundamental a construção de um ambiente harmonioso, para o desenvolvimento do processo de aprendizagem da criança, por isso que afeto não pode se desvincular desta preciosa relação.

Ressalto que o afeto e cognição constituem aspectos inseparáveis, presentes em qualquer atividade, embora em proporções variáveis. A afetividade e a inteligência se estruturam nas e pelas ações dos indivíduos. O afeto pode assim ser entendido como a energia necessária para que a estrutura cognitiva passe a operar. E mais: ele influencia qualidade com que se constrói o conhecimento, pois, quando as pessoas se sentem seguras, aprendem com mais facilidade.

Diante das discussões deste capítulo, que busca definir uma formação ideal para um professor que atua em uma escola que se organiza em ciclos, tenho que assumir que não é uma tarefa tão fácil de se realizar. Pude constatar que é de extrema importância, dentro da realidade de qualquer escola, o investimento na formação continuada do educador para o aprimoramento de suas competências.

Enfim, talvez não exista um manual que indique o passo a passo de uma formação ideal para o educador, pois um profissional convive com muitas mudanças nos seu cotidiano, porém em sua formação deve ficar claro que irá lidar com mudanças da própria sociedade e que tais mudanças irão implicar em ressignificações em sua prática.

CAPITULO IV - AFETIVIDADE E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: O FUNDAMENTAL PARA SE REPENSAR UMA MUDANÇA DE CONCEPÇÃO DE ESCOLA

Descobri que falar de afetividade é, de certa forma, falar da essência da vida humana no sentido em que o ser humano, social por natureza, se relaciona e se vincula a outras pessoas desde sempre, sendo feliz e sofrendo em decorrência dessa inter-relações. A vida humana se desenvolve em meio às relações que o indivíduo estabelece. A afetividade representa a capacidade de expressar sentimentos e emoções: amar e ser amado.

Com as leituras de Freire e Vygotsky pude perceber que a relação professor-aluno está relacionada com a afetividade sendo esta um motor para o ato educativo, visto que implica em atenção, sensibilidade, acolhimento, cordialidade, e estes são valores fundamentais e de base para formar cidadãos felizes, seres humanos mais indulgentes e uma sociedade mais justa.

O diálogo é um ponto fundamental na relação professor-aluno, como preconizava Paulo Freire. É por meio do diálogo amoroso que há uma verdadeira troca entre os atores do ato de aprender. Como diz Freire em relação à aprendizagem – *quem ensina aprende ao ensinar é quem aprende ensina ao aprender* - e isto demonstra que a relação deve ser construída com afeto.

Portanto, para essa relação ter uma interação mais significativa, será preciso que o(a) professor(a) acolha mais seus alunos, e assim estará contribuindo para o sucesso dos mesmos, pois a participação dos alunos em sala de aula é conquistada, não só pelo atendimento do professor aos seus anseios, mas, também pela cumplicidade entre ambos, pela troca de papéis em alguns momentos, pelo respeito à autonomia do discente e pela autoridade exercida pelo professor.

É necessário que o educador tenha sempre esta idéia de que a criança é sujeito de cultura própria e está suscetível a incorporar a cultura do meio, logo não podemos desmerecer seus trabalhos, e sim tentar entendê-los.

Segundo Vygotsky, a criança é um sujeito sócio-cultural a partir do processo de maturação, mas principalmente da interação com o meio, essencial a seu desenvolvimento.

Vygotsky diz também que o processo de aprendizado inclui aquele que aprende e o que ensina, mas é principalmente a relação que foi estabelecida entre estes, que desempenha um papel fundamental no aprendizado do aluno, pois estimula, cria e ativa os processos internos e as interações que faz com outro(s). E através desses processos de desenvolvimento chegamos ao que define como Zona de Desenvolvimento Proximal, onde o que a criança é capaz de fazer hoje acompanhada, será capaz de fazer sozinha amanhã.

Ao longo do tempo, os processos educativos tradicionais deixaram de lado o indivíduo e seus sentimentos.

No espaço da sala de aula acontecem os grandes encontros, a troca de experiências, as discussões e interações entre os alunos, o carinho, a ajuda, o amor, enfim as relações afetivas existentes entre professor-aluno. Também é nesse espaço que o professor observa seus alunos, identifica suas conquistas e suas dificuldades e faz com que o professor os conheça cada vez melhor.

É importante que o educador tenha sempre essa postura de incentivar, questionar, propondo e facilitando o processo de interação com os outros, sendo de vital importância no desenvolvimento e construção do conhecimento da criança.

Afeto e cognição constituem aspectos inseparáveis, presentes em qualquer atividade, embora em proporções variáveis. A afetividade e a inteligência se estruturam nas e pelas ações dos indivíduos. O afeto pode assim ser entendido como a energia necessária para que a estrutura cognitiva passe a operar. E mais: ele influencia a velocidade com que constrói o conhecimento, pois, quando as pessoas se sentem seguras, aprendem com mais facilidade.

Tanto a inteligência como a afetividade são mecanismos de adaptação que permitem ao indivíduo a construção de noções sobre as situações, os objetos que as pessoas, atribuindo-lhes qualidades e valores. Isso contribui para construção de si próprio e para a obtenção de uma visão de mundo.

Algumas manifestações, como lágrimas, gritos, sorrisos, um olhar, podem indicar possíveis sentimentos de uma pessoa, incluindo assim expressividade e comunicação. Por outro lado, o afeto é um regulador da ação, que influencia nas atitudes do indivíduo. Dessa forma, amor, ódio, tristeza,

alegria ou medo levam o indivíduo a procurar ou evitar certas pessoas ou experiências.

Na interação que o professor e o aluno estabelecem na escola, os fatores afetivos e cognitivos, de ambos, exercem influência decisiva. Na interação, cada participante busca o atendimento de alguns dos seus desejos: de proteção, de subordinação, de realização. Tanto os alunos quanto o professor vão construindo imagens do seu interlocutor, atribuindo-lhe determinadas características, intenções e significados.

Para que a interação professor-aluno possa levar à construção de conhecimentos, a interpretação que o professor faz do comportamento dos alunos é fundamental. Ele precisa estar atento ao fato de que existem muitos significados possíveis para os comportamentos assumidos por seus alunos, buscando verificar quais deles melhor traduzem as intenções originais. E também o professor necessita compreender que aspectos de sua própria personalidade influenciam este processo ao longo das interações que ele mantém com a turma.

É importante dentro dos espaços escolares a criação de um ambiente positivo, que incentive os alunos a imaginar soluções, para explorar possibilidades, levantar hipóteses, justificar o seu raciocínio e validar suas próprias conclusões.

A autonomia deve ser estimulada e os erros fazem parte do processo de aprendizagem, devendo ser explorados e utilizados de maneira a gerar novos conhecimentos.

A escola precisa superar a dicotomia entre cognitivo e afetividade, acreditar na possibilidade de que seja possível conceber e desenvolver processos educativos que considerem o indivíduo em sua totalidade, na qual afetividade e intelecto desdobram-se num processo de infinitas relações.

Portanto é imprescindível que nos dias atuais a escola compreenda que as emoções são partes essenciais de nossas vidas, base de nossos relacionamentos e a construção de nossa identidade, de nosso mundo. A educação deve ser tratada como uma partilha de afetos e sensibilidades, de conhecimentos e saberes, de expectativas e experiência, de atitudes e valores.

A presença do afeto em sala de aula é um ponto importante, pois quando falamos em afeto, está relacionado a respeito, compreensão, cooperação, solidariedade, o prazer no convívio social com o outro. Sentir-se querido e aceito pelo grupo é muito bom, traz segurança, eleva auto-estima.

O professor deve estar atento para que possa criar em sala um ambiente de confiança e de compreensão das dificuldades de aprendizagem de cada um, para que sejam favorecidos também o ensino e a construção da personalidade.

A atividade educativa engloba um conjunto de conhecimentos aplicados porque visam favorecer o desenvolvimento de pessoas. Um ambiente de convívio alegre, cooperativo, fortalece vínculos importantes entre professor e aluno. Quem se sente respeitado em todos os aspectos aceita mais facilmente o outro com suas características, funções e seus papéis.

O aluno que se sente amado, aceito, valorizado e respeitado, adquire autonomia, confiança e aprende amar, desenvolvendo um sentimento de autovalorização e um significado de importância.

É de fundamental importância que o professor esteja consciente de sua responsabilidade, tomando decisões de acordo com os valores morais e as relações sociais de sua época, considerando ainda as condições da vida familiar e social de seus alunos.

Conclui que fica evidente a importância que tem para nós, educadores, o conhecimento a respeito da afetividade, quer seja através das emoções, da força motora das ações ou do desejo e da transferência, para o melhor desenvolvimento da aprendizagem do aluno e, conseqüentemente, para uma melhor relação entre este e o professor. A escola, portanto, deve estar voltada para a qualidade de suas relações, valorizando desenvolvimento afetivo, social e não apenas cognitivo como elementos fundamentais no desenvolvimento da criança como um todo.

E como vimos no capítulo anterior, numa formação continuada de professores, tão necessária à implantação de uma nova proposta de escola, a questão da afetividade torna-se tão importante quanto a questão cultural ou cognitiva. Numa escola que se propõe mais democrática e inclusiva, as relações tornam-se necessariamente mais humanizadas, o que sem afetividade não se realizaria.

Procurei nesse capítulo, apontar não só as competências do professor do ponto de vista de seu desenvolvimento cognitivo, bem como apontar do ponto de vista dessa relação, as implicações para a formação dos educandos, quando se considera o papel preponderante da afetividade para a aprendizagem dos diferentes conhecimentos que perpassam a escola, não só os acadêmicos, mas também os relativos aos valores, às relações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante reconhecer que o Município de Niterói foi ousado em sua iniciativa de construir uma nova estrutura escolar para sua realidade comparada à estrutura tradicional do ensino.

Pude constatar que para se realizar uma mudança educacional existe a necessidade de se criar estratégias, ações de conscientização, ou seja, levar a nova concepção ao outro demonstrando a sua importância e seus objetivos.

Como já foi dito nos capítulos dessa monografia, a forma como se deu a divulgação da proposta de ciclos entre os professores dificultou a própria aceitação dos educadores da rede, tanto em sua primeira iniciativa para implementação dos ciclos em 1999 quanto, mais tarde em 2005, resguardadas as diferenças entre as duas gestões das propostas.

Acredito que os obstáculos encontrados pela Secretaria de Educação do Município, principalmente em 1999, se deram devido à ausência de diálogo com os profissionais. Portanto não é suficiente fazer discussão com educadores, mas também com a comunidade escolar. É possível notar em nossos noticiários, quando se refere à escola organizada em ciclos, para a opinião pública esta forma de organização não é aprovada. Por quê? Da forma como se dá a implementação, falta informação aos pais e a sociedade, de um modo geral, que desconhece a proposta e a compara apenas à promoção automática.

Percebi que através da entrevista realizada, segundo os relatos da professora, houve muita resistência pelos educadores em 1999 e ainda em 2005. Portanto, com este relato, identifico a necessidade de extrema importância do investimento na formação continuada, pois essa proporcionaria que educador reavaliasse, refletisse sobre a sua prática, para que pudesse agir de maneira diferenciada.

Este trabalho tinha como objetivo estar buscando a formação ideal para o profissional que atua na escola que se organiza em ciclo, mas com as leituras e orientações até o momento, pude refletir sobre qual é o significado da escola para sociedade.

Concluo que não existe formação ideal para o profissional como uma receita de bolo, mas como nos apresenta Perrenoud, e concordo que, o educador do século XXI deverá ter determinadas competências para ensinar, porque é profissional quem lida com a realidade e está sujeita à mudança a todo momento.

Em suma, um educador que atua em uma escola de ciclos, acredito que seja capaz de formar os seus alunos em cidadãos com autonomia, pensamento crítico, capaz de respeitar as diferenças, valorizar o outro, que tenha espírito de equipe e que construa a sua relação com amor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel. *Imagens Quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres*. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRASIL, LEI DE DIRETRIZES E BASE DA EDUCAÇÃO NACIONAL, 9493/96.

FERNANDES, Claudia Oliveira. *A Escolaridade em Ciclos: práticas que conformam a escola dentro de uma nova lógica - a transição para a escola do século XXI*. 2003, 354f. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2003.

_____. *Escola em Ciclos: Uma escola inquieta – O papel da avaliação*. Ciclos em Revista. Rio de Janeiro, Vol.1, p 95-109, Ed. Wak. 2007.

_____. *Avaliação sem reprovação: elementos para o debate*. In: Fetzner, Andréa. *Avaliação: desejos, vozes, diálogos e processos*. Ciclos em Revista, Rio de Janeiro, Vol. 4 , p.53-70, Ed. Wak, 2008.

_____. *Avaliação escolar: Diálogo com professores. Práticas avaliativas e aprendizagens significativas*. Porto Alegre, 4ª ed. P 94- 99, Mediação, 2006.

FME/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, *Proposta Pedagógica: construindo a escola de nosso tempo (documento preliminar) - Apresentação da Escola em Ciclos*, Niterói, 1999a.

FME/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, *Proposta Pedagógica: Construindo a Escola de Nosso Tempo*, Niterói, 1999b.

FME/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, *Proposta Pedagógica: Escola de Cidadania*, Niterói, 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

KRUG, Andréa Rosana Fetzner. *Desafios da aprendizagem para o Ensino*. Texto apresentado no Seminário Ciclos em Debate promovido pela FME/Niterói, 2005, mimeo.

PERRENOUD, Philippe. *Os ciclos de aprendizagem: um caminho para combater o fracasso escolar*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

_____. *A formação dos Professores no Século XXI. As Competências para ensinar no século XXI*. São Paulo, p 11- 33, Artmed, 2002.

_____. *Os desafios da avaliação no contexto dos ciclos de aprendizagens plurianuais. As Competências para ensinar no século XXI*. São Paulo, p 35- 59, Artmed, 2002.

THURLER, Mônica Gather. *Da avaliação dos professores à avaliação dos estabelecimentos escolares. As Competências para ensinar no século XXI*. São Paulo, p 61 - 87, Artmed, 2002.

_____. *O desenvolvimento profissional dos professores: novos Paradigmas, novas práticas. As Competências para ensinar no século XXI*. São Paulo, p 89 -111, Artmed, 2002.

VYGOTSKY, Lev. *Pensamento e Linguagem* São Paulo, Martins Fontes ,1987.

ANEXOS

O presidente da fundação municipal de educação de Niterói.

PORTARIA FME / 125 / 08

No uso de suas atribuições legais e considerando:

- a) o disposto na legislação, notadamente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, e nos diplomas legais em vigor no Município de Niterói;
- b) a necessidade permanente de aprimorar, reorganizar e qualificar a Rede Municipal de Educação de Niterói, com vistas ao sucesso escolar dos alunos e ao aperfeiçoamento das condições de trabalho e de formação dos profissionais da educação;
- c) o amplo e aprofundado diálogo construído com a Rede Municipal de Educação de Niterói sobre a construção da Proposta Pedagógica “Escola de Cidadania”, notadamente no último triênio,

R E S O L V E :

Capítulo I

Da Organização

Art. 1º: Fica instituída a Proposta Pedagógica “Escola de Cidadania”, que se regerá pela presente Portaria e por outros documentos e dispositivos legais que a complementam, com o objetivo de fundamentar o trabalho pedagógico cotidiano realizado pelas unidades de ensino fundamental e de educação infantil da Rede Municipal de Educação de Niterói.

§ 1º: A Rede Municipal de Educação de Niterói é composta por Unidades de Ensino Fundamental e/ou de Educação Infantil, sob a forma de Escolas Municipais e de Unidades Municipais de Educação Infantil, com atuação inclusive em ambiente hospitalar; por Telecentros, entendidos como unidades do Programa de Educação e Inclusão Digital; por Bibliotecas Populares Municipais e por Creches Comunitárias vinculadas ao Programa Criança na Creche.

§ 2º: As Unidades Municipais de Educação Infantil e as Escolas Municipais atuam na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e na Educação de Jovens, Adultos e Idosos, conforme o caso, sendo pedagogicamente organizadas em Ciclos.

§ 3º: Entende-se por Ciclo o conjunto de Períodos Letivos que organiza a prática pedagógica, estendendo-se por, no mínimo, um ano civil.

§ 4º: Entende-se por Período Letivo o total de 200 dias de atividades pedagógicas, com programação escolar desenvolvida e frequência dos alunos apurada sob a responsabilidade direta de um Professor.

§ 5º: Do ponto de vista pedagógico, Ciclo é a forma de organização do currículo, do espaço e do tempo escolar, baseada nas características biológicas e sócio-culturais do desenvolvimento humano, engendrando a realização de um trabalho pedagógico em que a idade, os interesses comuns e os aspectos cognitivo e sócio-afetivo dos alunos são os eixos articuladores do processo de construção de valores, de conhecimentos e de práticas sociais.

Art. 2º: A Educação Básica, no âmbito da Rede Municipal de Niterói, será organizada da seguinte forma:

I - Educação Infantil, para atendimento de alunos de 4 meses a 5 anos e 11 meses de idade, organizada em um único Ciclo, denominado Ciclo Infantil, com duração de 6 Períodos Letivos, sendo oferecida nos regimes de horário integral ou parcial.

II - Ensino Fundamental, para atendimento de alunos de 6 a 14 anos de idade, organizado em 4 Ciclos, perfazendo um total de 9 Períodos Letivos, sendo oferecido em regime de horário integral ou parcial.

III - Educação de Jovens, Adultos e Idosos, para atendimento de alunos com, no mínimo, 15 anos de idade, organizada em 4 Ciclos, perfazendo um total de 5 Períodos Letivos, sendo oferecida em regime de horário parcial.

Parágrafo Único: Do ponto de vista epistemológico e pedagógico, a Educação da Infância, no âmbito da Rede Municipal de Educação de Niterói, compreenderá as etapas de Educação Infantil e do 1º e 2º ciclos do Ensino Fundamental, abrangendo alunos de 0 a 12 anos de idade.

Art. 3º: Os alunos de cada Ciclo serão organizados em Grupos de Referência, a partir dos quais se desenvolverá o trabalho pedagógico.

§ 1º: Entende-se por Grupo de Referência o conjunto de alunos organizado no início de cada Período Letivo, mediante processo de Agrupamento.

§ 2º: Entende-se por Agrupamento o processo inicial de organização dos alunos nos Grupos de Referência.

§ 3º: Na Educação Infantil, o critério para Agrupamento será exclusivamente etário, agrupando-se os alunos com idades contíguas.

§ 4º: No Ensino Fundamental, o critério para Agrupamento será predominantemente etário, agrupando-se os alunos com idades contíguas, também podendo ser considerados os critérios cognitivo e sócio-afetivo, mediante parecer emitido pela Equipe de Articulação Pedagógica e pela Equipe de Referência do Ciclo.

§ 5º: Na Educação de Jovens, Adultos e Idosos, o critério para Agrupamento será cognitivo e sócio-afetivo.

§ 6º: Poderão ser formados Grupos de Referência, constituídos apenas por alunos surdos, cursando o 1º e o 2º Ciclos do Ensino Fundamental, agrupados segundo os critérios estabelecidos para este nível, observada a modulação máxima de 15 alunos por Grupo de Referência.

§ 7º: Os alunos surdos ou deficientes auditivos de 3º e 4º Ciclos serão incluídos em Grupos de Referência compostos por alunos ouvintes e contarão com a presença de um Agente de Educação Bilíngüe proficiente em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), observada a modulação de até 10 alunos surdos ou deficientes auditivos por Grupo de Referência.

Art. 4º: O Ciclo Infantil, com duração de 6 Períodos Letivos, será composto por Grupos de Referência organizados, com base no quantitativo máximo de alunos por Grupo, em função do espaço da sala de aula e das demais dependências da Unidade Escolar, conforme o que se segue:

- I - Grupos de Referência com até 12 alunos de 4 meses até 11 meses;
- II - Grupos de Referência com até 12 alunos de 1 ano até 1 ano e 11 meses;
- III - Grupos de Referência com até 16 alunos de 2 anos até 2 anos e 11 meses;
- IV - Grupos de Referência com até 20 alunos de 3 anos até 3 anos e 11 meses;
- V - Grupos de Referência com até 20 alunos de 4 anos até 4 anos e 11 meses;
- VI - Grupos de Referência com até 20 alunos de 5 anos até 5 anos e 11 meses.

Parágrafo Único: Em situações excepcionais e transitórias, a modulação acima poderá ser ultrapassada, com a expressa anuência da Fundação Municipal de Educação de Niterói, ouvida a Direção da Unidade Escolar.

Art. 5º: Os Ciclos do Ensino Fundamental serão organizados como se segue:

- I - o 1º Ciclo terá duração de três Períodos Letivos e atenderá alunos de 6, 7, 8 ou 9 anos de idade;
- II - o 2º Ciclo terá duração de dois Períodos Letivos e atenderá alunos de 9, 10, 11 ou 12 anos de idade;
- III - o 3º Ciclo terá duração de dois Períodos Letivos e atenderá alunos de 11, 12, 13 ou 14 anos de idade;
- IV - o 4º Ciclo terá duração de dois Períodos Letivos e atenderá alunos a partir de 13 anos de idade, com limite estimado em 16 anos, observados os critérios pedagógicos estabelecidos pela Equipe de Referência do Ciclo.

Art. 6º: Os alunos do Ensino Fundamental serão organizados em Grupos de Referência, observando-se o quantitativo máximo de alunos por Grupo, em função do espaço da sala de aula e das demais dependências da Unidade Escolar, conforme o que se segue:

- a) os Grupos de Referência do 1º Ciclo terão até 25 alunos;
- b) os Grupos de Referência do 2º Ciclo terão até 28 alunos;
- c) os Grupos de Referência do 3º Ciclo terão até 32 alunos;
- d) os Grupos de Referência do 4º Ciclo terão até 35 alunos.

Parágrafo Único: Em situações excepcionais e transitórias, quando estiver sob risco o direito constitucional à educação e o atendimento no âmbito do Ensino Fundamental, etapa obrigatória da Educação Básica, a modulação acima poderá ser ultrapassada, com a expressa anuência da Fundação Municipal de Educação de Niterói (FME), ouvida a Direção da Unidade Escolar.

Art. 7º: Os Ciclos da Educação de Jovens, Adultos e Idosos serão organizados como se segue:

- I - o 1º Ciclo terá duração de dois Períodos Letivos;
- II - o 2º Ciclo terá duração de um Período Letivo;
- III - o 3º Ciclo terá duração de um Período Letivo;
- IV - o 4º Ciclo terá duração de um Período Letivo.

Art. 8º: Os alunos da Educação de Jovens, Adultos e Idosos serão organizados em Grupos de Referência, observando-se o quantitativo máximo de alunos por Grupo, em função do espaço da sala de aula, conforme o que se segue:

- a) os Grupos de Referência do 1º Ciclo terão até 25 alunos;
- b) os Grupos de Referência do 2º Ciclo terão até 28 alunos;
- c) os Grupos de Referência do 3º Ciclo terão até 32 alunos;
- d) os Grupos de Referência do 4º Ciclo terão até 35 alunos.

Parágrafo Único: Em situações excepcionais e transitórias, a modulação acima poderá ser ultrapassada, com a expressa anuência da Fundação Municipal de Educação de Niterói, ouvida a Direção da Unidade Escolar.

Art. 9º: A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) em cada Grupo de Referência obedecerá à seguinte composição:

I - na Educação Infantil:

a) Grupos de Referência com alunos de 4 meses a 11 meses serão compostos por 6 alunos e 2 com NEE, totalizando 8 alunos;

b) Grupos de Referência com alunos de 1 ano até 1 ano e 11 meses serão compostos por 6 alunos e 2 com NEE, totalizando 8 alunos;

c) Grupos de Referência com alunos de 2 anos até 2 anos e 11 meses serão compostos por 10 alunos e 2 com NEE, totalizando 12 alunos;

d) Grupos de Referência com alunos de 3 anos até 3 anos e 11 meses serão compostos por 15 alunos e 2 com NEE, totalizando 17 alunos;

e) Grupos de Referência com alunos de 4 anos a 4 anos e 11 meses serão compostos por 15 alunos e 2 com NEE, totalizando 17 alunos;

f) Grupos de Referência com alunos de 5 anos a 5 anos e 11 meses serão compostos por 15 alunos e 2 com NEE, totalizando 17 alunos.

II - no Ensino Fundamental e na Educação de Jovens, Adultos e Idosos:

a) o 1º Ciclo será composto por 21 alunos e 2 com NEE, totalizando 23 alunos;

b) o 2º Ciclo será composto por 24 alunos e 2 com NEE, totalizando 26 alunos;

c) o 3º Ciclo será composto por 28 alunos e 2 com NEE, totalizando 30 alunos;

d) o 4º Ciclo será composto por 31 alunos e 2 com NEE, totalizando 33 alunos.

Art. 10: Além do Agrupamento, o aluno poderá passar por processos de Reagrupamento, com a finalidade de realizar atividades que favoreçam seu desenvolvimento cognitivo, cultural, social e afetivo.

§ 1º: Entende-se por Reagrupamento o processo de deslocamento temporário dos alunos de seus Grupos de Referência para outros Grupos, planejados e formados a partir de potencialidades, necessidades e interesses dos alunos, observados os aspectos cognitivos, lingüísticos, psicológicos, sociais e afetivos, sem prejuízo do vínculo do aluno com o seu Grupo de Referência, para o qual sempre retornará após cada Reagrupamento.

§ 2º: O Reagrupamento poderá ocorrer entre todos os Grupos de Referência do Ciclo e/ou entre os Ciclos, independentemente da idade dos alunos, com periodicidade definida no seu planejamento, podendo ser diário, semanal, quinzenal ou mensal.

§ 3º: Os Reagrupamentos, nos casos de atendimento em Unidades de Educação Infantil de horário parcial e Unidades de Ensino Fundamental, deverão ser realizados predominantemente no mesmo turno em que estudam os alunos reagrupados.

§ 4º: Nas Unidades de Ensino Fundamental que também atendam alunos de Educação Infantil, é facultativa a realização de Reagrupamentos entre alunos de Grupos de Referência do Ciclo Infantil e do Ensino Fundamental.

Art. 11: O Reagrupamento deverá ser realizado:

I- a partir da avaliação contínua do trabalho pedagógico desenvolvido, da regularidade dos encaminhamentos e dos resultados alcançados;

II- a partir do planejamento de propostas de atividades diversificadas, de estratégias metodológicas a serem adotadas, do tempo de duração e dos recursos materiais necessários, levando-se em conta a diversidade de conhecimentos e ritmos de desenvolvimento dos alunos envolvidos.

Parágrafo Único: Fica vedado às Unidades de Educação Infantil o emprego do Reagrupamento de alunos para desenvolver quaisquer trabalhos que possuam caráter compensatório, preparatório ao Ensino Fundamental ou de reforço de aprendizagem.

Capítulo II

Das Equipes

Art. 12: Cada Unidade de Educação será pedagogicamente acompanhada por uma Equipe de Referência da FME, constituída por profissionais da Superintendência de Desenvolvimento Pedagógico da FME.

Art. 13: Cada Ciclo deverá ser confiado a uma Equipe de Referência, constituída pelos Professores do Ciclo e por um Pedagogo, Supervisor Educacional ou Orientador Educacional da Unidade Escolar, bem como pelo Agente Educador Infantil, no caso do Ciclo Infantil, conforme a composição do quadro profissional da Unidade.

§ 1º: O Professor que atua na Sala de Recursos integrará as Equipes de Referência dos Ciclos, mas não será Professor de nenhum Grupo de Referência, cabendo-lhe participar dos Reagrupamentos como agente de inclusão, acompanhando os alunos com NEE.

§ 2º: A Equipe de Referência do Ciclo terá como incumbência o acompanhamento pedagógico dos Grupos de Referência, envolvendo a realização dos Agrupamentos e Reagrupamentos, os processos avaliativos, a construção de critérios para organização das diferentes dinâmicas pedagógicas, a produção de atividades diversificadas relativas às diferentes demandas do cotidiano escolar e todas as demais ações pedagógicas desenvolvidas nas Unidades Escolares.

§ 3º: É responsabilidade da Equipe de Referência do Ciclo Infantil o planejamento, a implementação e o acompanhamento do processo educativo, baseados em ações pedagógicas que tenham como eixos centrais o cuidado e a ludicidade, sendo preferencialmente desenvolvidas por meio de atividades artísticoculturais.

§ 4º: É responsabilidade da Equipe de Referência de cada Ciclo do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens, Adultos e Idosos o planejamento, a implementação e o acompanhamento do processo educativo, baseados em

ações pedagógicas que tenham como eixos centrais a aquisição da leitura e da escrita e a afirmação da cidadania, sendo desenvolvidas por meio de

atividades que estimulem a dialogicidade, a curiosidade, a criticidade, a reflexividade, a solidariedade e a participação cidadã.

§ 5º: Os profissionais que integram a Equipe de Referência do Ciclo atuarão em diferentes espaços e atividades, de acordo com o Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar e com o Plano de Ação anualmente elaborado pela comunidade escolar, observadas as diretrizes fixadas pela Proposta Pedagógica "Escola de Cidadania".

§ 6º: O Pedagogo, o Supervisor Educacional e o Orientador Educacional poderão compor mais de uma Equipe de Referência do Ciclo, de acordo com a necessidade de cada Unidade Escolar, a disponibilidade dos profissionais e as atividades a serem desenvolvidas.

§ 7º: O acompanhamento permanente do trabalho pedagógico desenvolvido em cada Ciclo também é de responsabilidade da Direção da Unidade Escolar, a quem caberá responder sistematicamente pelas ações pedagógicas, juntamente com as Equipes de Referência dos Ciclos, mobilizando os esforços necessários à sua efetivação.

§ 8º: A Equipe de Referência do Ciclo poderá ser acrescida de até 25% de professores em relação ao número de Grupos de Referência do Ciclo, com a finalidade de favorecer o desenvolvimento de redes colaborativas de ensino e de aprendizagem na Unidade de Educação.

Art. 14: Todos os Grupos de Referência serão de responsabilidade da Equipe de Referência do Ciclo, mas cada Grupo de Referência contará com a atuação específica de um docente denominado Professor de Grupo de Referência.

Parágrafo Único: O Professor de Grupo de Referência compõe a Equipe de Referência do Ciclo e acompanha, de forma específica, o trabalho realizado com um determinado Grupo de Referência.

Art. 15: O tempo de atuação do Professor em um mesmo Ciclo considerará o que se segue:

I - os Professores do Ciclo Infantil realizarão seu trabalho, preferencialmente, nos mesmos Grupos de Referência, por no mínimo três períodos letivos consecutivos;

II - os Professores de 1º Ciclo do Ensino Fundamental realizarão seu trabalho, preferencialmente, nos mesmos Grupos de Referência, por, no mínimo, três períodos letivos consecutivos;

III - os Professores de 2º, 3º e 4º Ciclos do Ensino Fundamental realizarão seu trabalho, preferencialmente, nos mesmos Grupos de Referência, por, no mínimo, dois períodos letivos consecutivos;

IV - os Professores de 1º Ciclo da Educação de Jovens, Adultos e Idosos realizarão seu trabalho, preferencialmente, nos mesmos Grupos de Referência, por, no mínimo, dois períodos letivos consecutivos;

V - os Professores de 2º, 3º e 4º Ciclos da Educação de Jovens, Adultos e Idosos realizarão seu trabalho, preferencialmente, nos mesmos Grupos de Referência, por, no mínimo, um período letivo.

Parágrafo Único: A substituição de Professor de Grupo de Referência no decorrer do Ciclo poderá ser realizada mediante proposta da Equipe de Referência do Ciclo, devidamente justificada e documentada, aprovada pela Equipe de Articulação Pedagógica.

Art. 16: Em cada Unidade de Educação deverá ser instituída uma Equipe de Articulação Pedagógica (EAP) constituída pelo Diretor e/ou Diretor-Adjunto; pelo Pedagogo, Orientador Educacional e/ou Supervisor Educacional; pelo Secretário Escolar e pelo Coordenador de Turno, conforme a composição do quadro profissional da unidade.

Parágrafo Único: Caberá à EAP a organização e a gestão da Unidade de Educação, buscando favorecer a realização do trabalho pedagógico, articulando o coletivo escolar em torno da definição de objetivos sócio-políticos e educativos e orientando o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

Art. 17: Compete ao Pedagogo, ao Orientador Educacional e/ou ao Supervisor Educacional a articulação do trabalho pedagógico, favorecendo o estudo, a organização e o acompanhamento sistemático da prática educativa intencional que se realiza na unidade, sob a responsabilidade do Diretor.

§ 1º: O Pedagogo, o Orientador Educacional e/ou o Supervisor Educacional terão, pelo menos, duas vertentes de atuação, sendo uma focada no processo mais amplo de avaliação e planejamento da Unidade de Educação e outra, na articulação das Equipes de Referência dos Ciclos.

§ 2º: O Pedagogo, o Orientador Educacional e/ou o Supervisor Educacional poderão atuar em mais de um Ciclo, com a responsabilidade de coordenar as seguintes ações:

I - dinamização do Conselho de Avaliação e Planejamento da Unidade de Educação (CAP-UE);

II - dinamização do Conselho de Avaliação e Planejamento do Ciclo (CAP-CI);

III - organização do tempo e do espaço escolar;

IV - definição dos critérios de Agrupamento e de Reagrupamento de alunos;

V - organização dos Grupos de Referência;

VI - definição de estratégias de atendimento às necessidades de aprendizagem dos alunos e de avaliação do processo, considerados os objetivos fixados;

VII - formação continuada para o desenvolvimento pessoal e profissional dos profissionais da Unidade de Educação;

VIII - acompanhamento da vida escolar dos alunos;

IX – construção e/ou reconstrução do Projeto Político-Pedagógico da Unidade de Educação em consonância com a Proposta Pedagógica "Escola de Cidadania", referência a ser considerada em todas as circunstâncias pedagógicas.

§ 3º: Como parte da carga horária semanal do Pedagogo, do Orientador Educacional e/ou do Supervisor Educacional, prevista pela legislação em vigor,

deverá haver coincidência de quatro horas para planejamento e avaliação da dinâmica organizacional da Unidade de Educação.

Art. 18: Ao Secretário Escolar competirá subsidiar a Equipe de Referência do Ciclo, cuidando dos registros dos Agrupamentos e Reagrupamentos, observando o fluxo de mobilidade dos alunos, a partir das indicações da própria Equipe de Referência e da Equipe de Articulação Pedagógica (EAP).

Parágrafo Único: Compete ao Agente de Administração Educacional organizar a documentação dos alunos, no que diz respeito a sua pasta individual, e assessorar o Secretário Escolar em todas as atividades referentes ao desenvolvimento do sistema de escrituração e arquivo disponibilizado pela FME.

Art. 19: Cabe ao Coordenador de Turno assessorar a Direção na consecução de atividades que garantam a movimentação de alunos, professores e demais profissionais, no sentido de assegurar o funcionamento cotidiano da Unidade de Educação.

Capítulo III

Do Planejamento, do Currículo e da Avaliação

Art. 20: Entende-se por Planejamento o processo, contínuo e dinâmico, de reflexão, projeção, tomada de decisão, implementação e acompanhamento de ações referentes à Unidade de Educação, no seu contexto global e no que se refere especificamente ao processo de ensinar e de aprender.

Art. 21: Cada Unidade de Educação deverá constituir um Conselho de Avaliação e Planejamento (CAP-UE), a partir do qual se organizará o seu processo de Planejamento.

§ 1º: O Conselho de Avaliação e Planejamento (CAP-UE) é a instância responsável pela implementação do processo de avaliação e planejamento da Unidade de Educação, incumbindo-se de:

I - avaliar, elaborar, implementar e acompanhar o Projeto Político- Pedagógico;

II - avaliar, elaborar, implementar e acompanhar o Plano de Ação Anual;

III - avaliar, elaborar, implementar e acompanhar o Plano de Trabalho de cada Ciclo.

§ 2º: O Projeto Político-Pedagógico da Unidade de Educação é um documento que registra concepções, finalidades, intenções, metas, objetivos e formas de mediação e de organização do trabalho pedagógico.

§ 3º: No processo de elaboração de seu Projeto Político- Pedagógico, a Unidade de Educação deverá:

I - priorizar a participação da comunidade escolar, garantindo a representatividade dos diferentes segmentos que a integram;

II – elaborar o Projeto para um período pluri-anual, tendo como referência a Proposta Pedagógica “Escola de Cidadania”.

§ 4º: O Plano de Ação Anual da Unidade de Educação é um documento elaborado no final ou no início de cada ano civil, contendo as metas e as estratégias organizativas para implementação do trabalho pedagógico do ano a que se refere, de acordo com o Projeto Político-Pedagógico da Unidade e com a Proposta Pedagógica “Escola de Cidadania”.

§ 5º: O Plano de Trabalho do Ciclo é o documento que expressa o trabalho pedagógico a ser desenvolvido em cada Ciclo, registrando a análise da realidade, os objetivos a serem atingidos no processo de construção de valores, de conhecimentos e de práticas sociais e as formas de mediação didática, em consonância com a Proposta Pedagógica “Escola de Cidadania”.

Art. 22: O Conselho de Avaliação e Planejamento (CAP-UE) será composto pelos integrantes do Conselho Escola-Comunidade (CEC), da Equipe de Articulação Pedagógica (EAP) e das Equipes de Referência de cada Ciclo.

§ 1º: Caberá à Equipe de Articulação Pedagógica (EAP), sob a Presidência do Diretor da Unidade de Educação, a coordenação do Conselho de Avaliação e Planejamento (CAP-UE).

§ 2º: O Conselho de Avaliação e Planejamento (CAP-UE) reunir-se-á no decorrer do Período Letivo, em datas a serem definidas pelo Calendário da Unidade de Educação, sem prejuízo das reuniões semanais de avaliação e planejamento.

Art. 23: As reuniões semanais de avaliação e planejamento, sessões ordinárias do CAP- UE, constituem-se em espaço/tempo de afirmação da avaliação como processo contínuo, tendo como foco a elaboração, a implementação e o acompanhamento do

Projeto Político-Pedagógico, do Plano de Ação Anual e do Plano de Trabalho de cada Ciclo, bem como a formação continuada dos profissionais da Unidade de Educação.

§ 1º: O horário reservado às reuniões semanais de avaliação e planejamento destina-se a todos os profissionais das Equipes de Referência dos Ciclos e de Articulação Pedagógica, sendo considerados como de frequência obrigatória, inclusive para os professores do 3º e do 4º ciclos que não atuam em sala de aula no dia das reuniões, e devendo a ausência do profissional ser computada como falta ao serviço, naquele horário.

§ 2º: O Professor com duas matrículas ou lotado em regime de 40 horas ou, ainda, em regime de dupla regência, com exercício na mesma Unidade de Educação, ou em outra, deverá frequentar as reuniões de avaliação e planejamento, em todas as unidades e turnos em que atue.

Art. 24: No processo de organização de seus currículos, as Unidades de Educação deverão tomar como referência a Proposta Pedagógica “Escola de Cidadania”, em especial os princípios e os eixos de estudo e pesquisa que a fundamentam.

Parágrafo Único: As diretrizes curriculares e didáticas que integram a Proposta Pedagógica “Escola de Cidadania” serão objeto de Portaria específica, que fixará os princípios e os eixos de estudo e pesquisa que fundamentam o currículo, os objetivos gerais por ciclo e as orientações didáticas para o desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Art. 25: A avaliação é processo permanente implementado ao longo do desenvolvimento das atividades pedagógicas empreendidas pela Unidade de Educação, em seus diversos momentos, para subsidiar as ações de ensino e de aprendizagem, considerando a necessidade de utilização de procedimentos e instrumentos diversificados que favoreçam a interpretação qualitativa do percurso e a evolução de cada aluno.

Parágrafo Único: A orientação do processo avaliativo é de responsabilidade da Equipe de Referência do Ciclo, que deverá observar as necessidades individuais e coletivas dos alunos e de seus Grupos de Referência, articulando ações processuais que favoreçam a construção de valores, de conhecimentos e de práticas sociais, de modo a evitar e/ou sanar situações de dificuldade ou de inadaptação vividas pelos sujeitos desse processo.

Art. 26: O Registro da Avaliação do aluno será organizado de duas formas:

I - Ao longo do processo, por meio de:

- a) anotações pessoais;
- b) montagem de portfólios;
- c) exercícios avaliativos;
- d) trabalhos em grupo;
- e) pesquisas;
- f) seminários;
- g) fichas de avaliação e auto-avaliação do aluno;
- h) fichário que acompanhe o aluno;
- i) diários reflexivos do trabalho docente ou qualquer outro instrumento cumulativo de informações que subsidiem a elaboração do Relatório Avaliativo.

II - Em forma de Relatório Avaliativo do aluno, na seguinte periodicidade:

- a) semestral para a Educação Infantil;
- b) anual para o Ensino Fundamental e para a Educação de Jovens, Adultos e Idosos.

Art. 27: O Relatório Avaliativo do aluno, cujo modelo será disponibilizado pela FME, deverá registrar:

I - os objetivos alcançados naquele período letivo, com observações acerca do processo em que se deu a construção desses objetivos;

II - os objetivos não alcançados naquele período letivo, com observações acerca das circunstâncias em que não se deu a construção desses objetivos;

III - os procedimentos adotados pelo Professor do Grupo de Referência do aluno e pela Equipe de Referência do Ciclo para a superação dos entraves observados no decorrer do processo, bem como aqueles adotados para potencializar os interesses e as capacidades manifestadas pelo aluno.

§ 1º: Cabe ao Professor do Grupo de Referência a elaboração do Relatório Avaliativo de cada aluno, que será submetido à apreciação da Equipe de Referência do Ciclo.

§ 2º: O Relatório Avaliativo subsidiará o planejamento de ações de desenvolvimento da aprendizagem, devendo ser mantido atualizado e disponível.

§ 3º: Os registros avaliativos construídos ao longo do processo e o Relatório Avaliativo servirão de base para a emissão de documentos oficiais, em caso de transferência do aluno para outra unidade escolar, no decorrer do Ciclo.

§ 4º: Os Relatórios Avaliativos devem fazer parte da pasta do aluno e, em situação de transferência, a sua última versão seguirá em anexo à documentação encaminhada, ficando uma cópia no arquivo da Unidade de Educação.

§ 5º: No que se refere ao Ciclo Infantil:

a) os registros avaliativos construídos ao longo do processo e os Relatórios Avaliativos servirão de base para acompanhamento do desenvolvimento global do aluno no decorrer do Ciclo Infantil e como subsídio para a sua inserção no 1º Ciclo do Ensino Fundamental;

b) a avaliação na Educação Infantil não terá caráter classificatório nem de promoção ao Ensino Fundamental, mesmo nos casos de alunos com necessidades educacionais especiais.

§ 6º: No que se refere ao Ensino Fundamental e à Educação de Jovens, Adultos e Idosos, os registros avaliativos construídos ao longo do processo e os Relatórios Avaliativos servirão de base para o acompanhamento do desenvolvimento global do aluno em cada Ciclo e como subsídio para a sua inserção no Ciclo subsequente.

Art. 28: A Unidade de Educação deverá constituir um Conselho de Avaliação e Planejamento para cada Ciclo (CAP-CI), que coordenará o processo de avaliação e planejamento no âmbito do Ciclo.

§ 1º: O Conselho de Avaliação e Planejamento do Ciclo (CAP-CI) é uma instância de reflexão e de deliberação, que tem por finalidade levantar dados significativos sobre o processo de ensino e de aprendizagem, com vistas à reorientação do trabalho pedagógico.

§ 2º: O Conselho de Avaliação e Planejamento do Ciclo (CAP-CI) será composto pelos integrantes do Conselho Escola- Comunidade (CEC), da Equipe de Articulação Pedagógica (EAP), da Equipe de Referência do Ciclo e da representação de alunos do Ciclo.

§ 3º: Caberá à Equipe de Articulação Pedagógica (EAP), sob a Presidência da Direção da Unidade de Educação, a coordenação do Conselho de Avaliação e Planejamento do Ciclo (CAP-CI).

§ 4º: Os dados revelados no decorrer do processo avaliativo de cada Grupo de Referência de um determinado Ciclo constituir-seão em objeto de análise e deliberação do Conselho de Avaliação e Planejamento do Ciclo (CAP-CI), a reunir-se em três sessões anuais para o Ciclo Infantil, para os quatro Ciclos do Ensino Fundamental e para os quatro Ciclos da Educação de Jovens, Adultos e Idosos.

§ 5º: Caberá ao Conselho de Avaliação e Planejamento do Ciclo (CAP-CI) a indicação sobre o planejamento e a realização de atividades pedagógicas diferenciadas para atender os alunos que, ao longo do Ciclo, se distanciarem do percurso de aprendizagem do seu Grupo de Referência, observados os objetivos do Ciclo.

§ 6º: As atividades pedagógicas diferenciadas poderão ser desenvolvidas individualmente ou coletivamente, no próprio Grupo de Referência ou em Reagrupamentos.

§ 7º: As deliberações do Conselho de Avaliação e Planejamento do Ciclo (CAP-CI) sobre a promoção do aluno para o Ciclo subsequente ou sobre a sua permanência no Ciclo em que se encontra por um período adicional deverão ser homologadas pelo

Conselho de Avaliação e Planejamento da Unidade de Educação (CAP-UE).

Capítulo IV

Da Educação Especial

Art. 29: A Educação Especial se dá na perspectiva da inclusão, observada a legislação vigente sobre a questão, considerando-se aluno com necessidades educacionais especiais (NEE) aquele que apresenta, em caráter permanente ou temporário, deficiência física, sensorial ou mental, síndromes ou altas habilidades.

§ 1º: Será considerado como aluno com NEE aquele que apresentar, no ato de matrícula, declaração da família ou, posteriormente, da Equipe de Referência do Ciclo, após avaliação realizada pela Equipe de Referência da FME, requerendo-se, sempre que necessário, a confirmação clínica da especificidade apontada.

§ 2º: Enquanto ocorre a investigação clínica, a Equipe de Referência da FME orientará as Equipes de Referência das Unidades de Educação sobre o planejamento e a realização de atividades pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento do aluno com NEE.

§ 3º: A falta de diagnóstico clínico definitivo não impedirá a definição dos encaminhamentos pedagógicos a serem realizados pelas Equipes de Referência das Unidades de Educação, sob a orientação e em diálogo com a Equipe de Referência da FME.

§ 4º: O aluno com NEE deverá participar dos Reagrupamentos, observadas e respeitadas as suas características e as diferenças que manifestam.

§ 5º: O aluno com NEE poderá ser acompanhado, em suas atividades cotidianas, por um Professor de Apoio, mediante parecer da Equipe de Referência da FME, ouvida a Coordenação de Educação Especial.

§ 6º: O aluno com NEE poderá ser atendido em Sala de Recursos, com base em parecer da Equipe de Referência da FME, ouvida a Coordenação de Educação Especial, prevendo-se, neste caso, a mediação pedagógica de um Professor de Sala de

Recursos, observados os seguintes aspectos:

I - O atendimento ao aluno com NEE na Sala de Recursos será desenvolvido na Unidade de Educação, em espaço adequado, a partir de atividades que promovam e favoreçam a aprendizagem, bem como a inclusão desse aluno no ambiente escolar como um todo;

II - O Professor de Sala de Recursos integrará as Equipes de Referência dos Ciclos, mas não será Professor de nenhum Grupo de Referência dos Ciclos, podendo coordenar atividades de Reagrupamento na Sala de Recursos.

§ 7º: A Terminalidade Específica para alunos com NEE será objeto de Portaria específica, que fixará os critérios e os procedimentos a serem adotados, conforme o caso.

Art. 30: Se no processo de formação de um determinado Grupo de Referência, a modulação exceder o previsto no Artigo 9º desta Portaria em razão da presença de alunos com NEE, esse Grupo de Referência poderá contar com um Professor de Apoio, mediante parecer da Equipe de Referência da FME, ouvida a Coordenação de Educação Especial.

Capítulo V

Da Matrícula

Art. 31: O ingresso do aluno em uma Unidade de Educação ocorrerá por meio de:

I - matrícula inicial;

II - matrícula renovada;

III - matrícula por transferência.

§ 1º: Matrícula inicial é a que se dá em qualquer Ciclo, desde que se trate da primeira matrícula na vida escolar do educando/a.

§ 2º: Também se constitui como matrícula inicial aquela prevista no Artigo 24, inciso II, alínea C, da LDB nº 9.394/96.

§ 3º: Matrícula renovada é a que se dá em qualquer Ciclo, caracterizando uma das seguintes situações.

I - Quando o aluno cursou, na mesma Unidade de Educação, Período Letivo imediatamente anterior.

II - Quando o aluno retoma os estudos, na mesma Unidade de Educação, após período de interrupção.

§ 4º: Matrícula por transferência é aquela pela qual o aluno, ao se desvincular de uma Unidade de Educação da própria Rede ou de outro Sistema de Ensino, do País ou do Exterior, vincula-se imediatamente a outra unidade congênere, para prosseguimento dos seus estudos, mediante apresentação de histórico escolar.

§ 5º: As matrículas inicial e renovada ocorrerão de acordo com o calendário definido pela FME, desde que existam vagas nas Unidades de Educação, observado o disposto na legislação vigente.

§ 6º: A matrícula por meio de transferência aplica-se ao Ensino Fundamental e à Educação de Jovens, Adultos e Idosos, através da inserção do aluno em um determinado Ciclo, agrupando-o em um Grupo de Referência, em conformidade com a Proposta Pedagógica "Escola de Cidadania" e com o Projeto Político- Pedagógico da Unidade de Educação, após análise das informações constantes no histórico escolar.

§ 7º: No Ensino Fundamental, a matrícula de aluno cuja idade não corresponda à faixa etária do Ciclo poderá ser realizada por meio de processo de Classificação ou Reclassificação, após avaliação da Equipe de Articulação

Pedagógica (EAP), referendada pela Equipe de Referência da FME, com base em critérios que levem em conta o desenvolvimento cognitivo e sócio-afetivo do aluno.

Art. 32: Entende-se por Classificação o processo de agrupamento do aluno no Ciclo compatível com a sua idade, experiência e desempenho, mediante as seguintes condições:

I - por promoção, para alunos que cursaram o Ciclo anterior com aproveitamento na própria Unidade de Educação;

II - por transferência, para alunos procedentes de outras Unidades de Educação da própria Rede ou de outro Sistema de Ensino, do País ou do Exterior, consideradas as informações constantes em seu histórico escolar;

III - independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela Equipe de Articulação Pedagógica (EAP), que agrupará o aluno no Ciclo adequado, levando em conta exclusivamente o critério etário, no caso da Educação Infantil; predominantemente o critério etário, no caso do Ensino Fundamental; e o critério cognitivo e sócio-afetivo, no caso da Educação de Jovens, Adultos e Idosos.

§ 1º: Fica vedada a realização de avaliação para fins de Classificação ao longo da Educação Infantil e para efeito de ingresso no 1º Ciclo do Ensino Fundamental.

§ 2º: O processo de Classificação deverá ocorrer durante os primeiros trinta dias cursados pelo aluno, arquivando-se obrigatoriamente na sua pasta o parecer avaliativo elaborado pela Equipe de Articulação Pedagógica (EAP) e o Termo de Classificação.

Art. 33: Entende-se por Reclassificação o processo pelo qual um aluno classificado para um determinado Ciclo é agrupado em outro Ciclo, após avaliação realizada pela Equipe de Articulação Pedagógica, com base nas diretrizes curriculares e didáticas da

Proposta Pedagógica “Escola de Cidadania”.

§ 1º: O processo de Reclassificação de alunos no Ensino Fundamental e na Educação de Jovens, Adultos e Idosos poderá abranger:

I - o aluno regularmente matriculado na Unidade de Educação, que, findo o último Período Letivo do Ciclo, não alcançou o percentual mínimo de 75% de frequência durante todo o Ciclo, mas cuja avaliação recomende a sua promoção ao Ciclo subsequente;

II - o aluno regularmente matriculado na Unidade de Educação, cuja avaliação recomende, a qualquer tempo, a sua promoção ao Ciclo subsequente;

III - o aluno transferido de outra Unidade de Educação da própria Rede ou de outro Sistema de Ensino do País ou do Exterior.

§ 2º: O processo de Reclassificação deverá ocorrer durante os primeiros trinta dias cursados pelo aluno, arquivando-se obrigatoriamente na sua pasta o parecer avaliativo elaborado pela Equipe de Articulação Pedagógica (EAP) e o Termo de Reclassificação.

§ 3º: No caso de Reclassificação previsto no inciso II do parágrafo 1º, o processo será realizado tão logo a Equipe de Referência do Ciclo confirme a ocorrência dessa situação.

Art. 34: No período de matrícula, o aluno que ultrapassar a idade de 15 anos poderá ser encaminhado para Grupo de Referência da Educação de Jovens, Adultos e Idosos, após avaliação da Equipe de Referência do Ciclo, referendada pela FME, com base em critérios que levem em conta o seu desenvolvimento cognitivo e sócio-afetivo, com a expressa anuência dos responsáveis.

Capítulo VI

Das Disposições Finais

Art. 35: A FME elaborará o Calendário Escolar para cada Período Letivo, sendo permitida às Unidades de Educação efetuar as adequações necessárias ao seu Projeto Político- Pedagógico, desde que considerem o que se segue:

I - obrigatoriedade do cumprimento do Período Letivo estabelecido no Parágrafo 3º do Artigo 1º desta Portaria;

- II - imutabilidade das datas de início do Período Letivo e de recesso escolar;
- III – cômputo do dia letivo somente para programação escolar com frequência exigível do aluno e efetiva orientação do professor;
- IV - previsão de reuniões do Conselho de Avaliação e Planejamento (CAP-UE) e do Conselho de Avaliação e Planejamento do Ciclo (CAP-CI);
- V - previsão do calendário de Formação Continuada, de acordo com o quantitativo de sessões definido no Calendário da FME;
- VI - apresentação das adequações feitas pela Unidade de Educação para aprovação prévia pela FME.

Art. 36: A apuração, o registro e o controle de frequência dos alunos são obrigatórios e de responsabilidade das Unidades de Educação, observado o disposto na legislação vigente.

§ 1º: A Educação Infantil é presencial, sendo amplamente recomendável a frequência cotidiana do aluno.

§ 2º: O Ensino Fundamental e a Educação de Jovens, Adultos e Idosos são presenciais e de frequência obrigatória, sendo exigido, por Lei, o alcance mínimo de 75% de presença em cada Ciclo, apurada diariamente e computada ao final de cada Ciclo.

§ 3º: O registro de frequência será organizado, levando-se em consideração o Agrupamento do aluno, ainda que ele integre grupos diferenciados durante o Ciclo em razão dos processos de Reagrupamento.

Art. 37: O horário de funcionamento das Unidades Municipais de Educação para o corpo discente será o seguinte:

I – Educação Infantil de horário parcial:

I-turno da manhã: das 08h00 às 12h00

II- turno da tarde: das 13h00 às 17h00

II – Educação Infantil de horário integral: das 08h00 às 17h00

III - 1º e 2º Ciclos do Ensino Fundamental:

1) turno da manhã: das 07h30 às 12h00

2) turno da tarde: das 13h00 às 17h30

IV - 3º e 4º Ciclos do Ensino Fundamental:

1) turno da manhã: das 07h10 às 12h00

2) turno da tarde: das 13h00 às 17h50

V – 1º, 2º, 3º e 4º Ciclos da Educação de Jovens, Adultos e Idosos: das 18h00 às 22h00.

§ 1º: Haverá, em cada turno, um tempo de 20 minutos reservado à alimentação do aluno, em horário a ser estabelecido, de acordo com critérios fixados pela Equipe de Articulação Pedagógica da Unidade de Educação (EAP);

§ 2º: Na Educação de Jovens, Adultos e Idosos, as aulas terão início às 18h20, ficando reservado para o jantar o horário das 18h às 18h20;

§ 3º: Às quartas-feiras, em função do horário das reuniões de avaliação e planejamento, as aulas se encerrarão mais cedo para os alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, conforme o que se segue:

a) Educação Infantil de horário parcial:

1) turno da manhã: 10h00

2) turno da tarde: 15h30

b) Educação Infantil de horário integral: 15:00 h

c) 1º e 2º Ciclos do Ensino Fundamental:

1) turno da manhã: 10h00

2) turno da tarde: 15h30

d) 3º e 4º Ciclos do Ensino Fundamental:

1) turno da manhã: 10h10

2) turno da tarde: 16h00

§ 4º: Caberá às Unidades de Educação que oferecem Educação de Jovens, Adultos e Idosos definir o horário de entrada e de saída às quartas-feiras, fazendo a devida adequação com o horário da reunião semanal de avaliação e planejamento.

Art. 38: A reunião semanal de avaliação e planejamento terá duração de 2 (duas) horas e ocorrerá, obrigatoriamente, em todas as Unidades de Educação, às quartas-feiras, conforme o que se segue:

I – Educação Infantil de horário parcial:

1) turno da manhã: das 10h00 às 12h00

2) turno da tarde: das 15h30 às 17h30

II – Educação Infantil de horário integral: das 15h00 às 17h00

III - 1º e 2º Ciclos do Ensino Fundamental:

I-turno da manhã: das 10h00 às 12h00

II- turno da tarde: das 15h30 às 17h30

IV - 3º e 4º Ciclos do Ensino Fundamental:

1) turno da manhã: das 10h10 às 12h10

2) turno da tarde: das 16h00 às 18h00

V - 1º, 2º, 3º e 4º Ciclos da Educação de Jovens, Adultos e Idosos: das 18h00 às 20h00 ou das 20h00 às 22h00.

Art. 39: A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, admitindo-se, no ano de 2008, a sua aplicação, em caráter experimental, ao trabalho realizado nos 3º e 4º Ciclos do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens, Adultos e Idosos. (PORTARIA FME nº125/2008),

ANEXOS

O presidente da fundação municipal de educação de Niterói.

PORTARIA FME / 132 / 08

No uso de suas atribuições legais e considerando:

- a) o disposto na legislação, notadamente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº9.394/96, e nos diplomas legais em vigor no Município de Niterói, em especial a Portaria FME nº125/08, que institui a Proposta Pedagógica "Escola de Cidadania";
- b) a necessidade permanente de aprimorar, reorganizar e qualificar a Rede Municipal de Educação de Niterói, com vistas ao sucesso escolar dos alunos e ao aperfeiçoamento das condições de trabalho e de formação dos profissionais da educação;
- c) o amplo e aprofundado diálogo construído com a Rede Municipal de Educação de Niterói sobre a construção da Proposta Pedagógica "Escola de Cidadania", notadamente no último triênio,

RESOLVE:

Art. 1º: A presente Portaria institui as Diretrizes Curriculares e Didáticas para a Educação Infantil, para o Ensino Fundamental e para a Educação de Jovens, Adultos e Idosos, que integram a Proposta Pedagógica "Escola de Cidadania", a serem observadas na elaboração e na implementação do Projeto Político-Pedagógico e no trabalho pedagógico cotidiano desenvolvido em cada Unidade de Educação da Rede Municipal de Niterói.

Parágrafo Único: As Diretrizes Curriculares e Didáticas estabelecem um conjunto de princípios e objetivos que norteiam a organização curricular da Rede Municipal de Educação de Niterói.

Art. 2º: Estas Diretrizes se fundamentam no princípio de que todos os sujeitos são construtores de valores, de conhecimentos e de práticas sociais.

§ 1º: O processo de construção de valores, de conhecimentos e de práticas sociais é mediado pela reflexão, pela intervenção na realidade e pela indissociabilidade entre teoria e prática.

§ 2º: A construção de valores, de conhecimentos e de práticas sociais será desenvolvida com base na autonomia, na liberdade de expressão, no respeito à diversidade, na dialogicidade e na pluralidade, com vistas ao exercício pleno da criticidade e do respeito à ordem democrática, observando-se também os princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, para o Ensino Fundamental e para a Educação de Jovens e Adultos.

Art. 3º: As Unidades de Educação da Rede Municipal de Niterói, quando do planejamento do seu trabalho pedagógico, deverão considerar os seguintes princípios:

1. A construção da leitura crítica do mundo;
2. O incentivo à curiosidade epistemológica;
3. A problematização da realidade;
4. A busca de soluções para os problemas formulados;
5. A integração entre os sujeitos no processo de construção do conhecimento;
6. O diálogo com a realidade local;
7. A articulação entre os diversos saberes;
8. A intervenção na realidade, visando o bem comum;
9. A superação de qualquer tipo de preconceito ou forma de discriminação;
10. A responsabilidade sócio-ambiental e o respeito à biodiversidade.

Art. 4º: O currículo das Unidades de Educação da Rede Municipal de Niterói será organizado a partir

de três Eixos de Estudo e Pesquisa:

I - Linguagem, Identidade e Autonomia;

II - Tempo, Espaço e Cidadania;

III – Ciências, Tecnologias e Desenvolvimento Sustentável.

Art. 5º: No Eixo Linguagem, Identidade e Autonomia serão priorizadas a leitura e a escrita, a articulação do verbal com o não-verbal, a valorização das diversas linguagens e expressões, a problematização das relações sociais e culturais e as competências comunicativas e discursivas que envolvem o processo de construção da identidade e da participação cidadã.

Art. 6º: No Eixo Tempo, Espaço e Cidadania serão priorizadas questões relativas ao espaço e ao tempo, sob os aspectos econômico, político e sócio-cultural; a análise das circunstâncias e das conseqüências das ações humanas; a análise dos processos sociais ao longo da história e seus desdobramentos nas sociedades atuais; ao respeito à diversidade nas relações e nas práticas sociais, apontando-se para um projeto de sociedade democrática.

Art. 7º: No Eixo Ciências, Tecnologias e Desenvolvimento Sustentável serão priorizados a valorização dos saberes científicos e suas relações com os outros saberes; a responsabilidade sócio-ambiental e o desenvolvimento sustentável; a construção do raciocínio lógico-matemático; e a elaboração, a apropriação e o uso das tecnologias pelos sujeitos e sociedades, a serviço da transformação social e da elevação da qualidade de vida das pessoas.

Art. 8º: Cada Eixo terá Objetivos Gerais, que se desdobrarão em Objetivos Específicos a serem elaborados pela Unidade de Educação, de acordo com o seu Projeto Político-Pedagógico e em consonância com a Proposta Pedagógica. "Escola de Cidadania".

Art. 9º: Em todos os Eixos serão abordados temas ligados ao mundo do trabalho, à autonomia, à cidadania, à questão de gênero, à sexualidade e à diversidade de orientação sexual, aos direitos humanos, às relações étnico-raciais, à pluralidade cultural, à ética, à estética, ao meio-ambiente e à sua preservação, à saúde, à prevenção à dependência química e ao desenvolvimento sócio-econômico e tecnológico sustentável.

§ 1º: Os temas mencionados no *caput* deste Artigo permearão o trabalho pedagógico cotidiano, colaborando para o desenvolvimento da autonomia do aluno; concorrendo para o aprofundamento da sua compreensão a respeito da realidade local e global em que está inserido; e subsidiando a sua intervenção sobre essa realidade.

§ 2º: Na Educação Infantil, o currículo será organizado a partir dos Eixos mencionados no artigo 4º, considerando o caráter transdisciplinar que rege esta etapa da Educação Básica.

§ 3º: No Ensino Fundamental e na Educação de Jovens, Adultos e Idosos, o currículo será organizado a partir dos Eixos mencionados no Artigo 4º, por meio dos componentes curriculares Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Arte, Educação Física, Geografia, História, Matemática e Ciências, considerando o caráter interdisciplinar que rege esta etapa e esta modalidade da Educação Básica, o que dispõem as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e a Proposta Pedagógica “Escola de Cidadania”.

§ 4º: O trabalho pedagógico desenvolvido no âmbito de cada componente curricular deverá concorrer para o alcance dos objetivos de cada Eixo.

§ 5º: A Educação Religiosa, no âmbito da Rede Municipal de Educação de Niterói, observará o disposto na Lei nº 9.394/96.

Art. 10: Cada Eixo de Estudo e Pesquisa será orientado por um conjunto de objetivos, de acordo com a etapa ou modalidade de ensino e com o Ciclo, conforme se segue:

I - Eixo Linguagem, Identidade e Autonomia

1 - Educação Infantil

- a. Construir conhecimentos, práticas e valores sócio-culturais na interação com o outro e com o meio;
- b. Utilizar as múltiplas linguagens para expressar-se e organizar o pensamento e o conhecimento;
- c. Apropriar-se de práticas e usos da linguagem oral, da leitura e da escrita.

2 - Ensino Fundamental - 1º Ciclo

- a. Expressar-se oralmente em diferentes momentos, adequando a língua e a linguagem às diversas situações comunicativas;
- b. Compreender e utilizar o sistema da escrita em variadas situações;
- c. Desenvolver competências textuais, a expressão oral e a criatividade;
- d. Apropriar-se das diferentes linguagens como possibilidade de expressão, mobilizando diversos materiais, suportes e superfícies de leitura;
- e. Compreender e utilizar as múltiplas linguagens, inclusive a linguagem corporal, articulando-as com as suas experiências e com os diversos campos do conhecimento;
- f. Compreender a arte em suas diversas manifestações culturais como forma de representação do mundo.

3 - Ensino Fundamental - 2º Ciclo

- a. Compreender e utilizar a escrita, segundo as convenções da língua materna, em suas diferentes funções e em diferentes gêneros e tipos textuais;
- b. Utilizar os recursos expressivos da entonação, da segmentação do texto e da própria organização textual;
- c. Ler oralmente com fluência e expressividade;
- d. Compreender e interpretar diferentes gêneros discursivos;
- e. Perceber a arte como possibilidade de expressão, mobilizando diferentes materiais e suportes;
- f. Sistematizar o uso da linguagem matemática, favorecendo a apropriação de conhecimentos;
- g. Expressar-se por meio da linguagem corporal, articulando-a com os diversos campos do conhecimento.

4 - Ensino Fundamental - 3º Ciclo

- a. Construir e utilizar conhecimentos específicos de diversas linguagens, inclusive a corporal, e empregá-los como meio de ampliação e de ressignificação dos valores, dos conhecimentos e das práticas sociais;
- b. Utilizar-se das linguagens específicas das diferentes áreas de conhecimento, seus códigos e suas formas de organização na construção de valores, conhecimentos e práticas sociais;
- c. Apropriar-se e utilizar-se dos conhecimentos instrumentais da língua materna na compreensão e na produção de textos;
- d. Reconhecer as diferentes variações de expressão da língua como traço sociocultural de sua construção e de sua utilização;
- e. Compreender o papel das línguas nas sociedades como forma de organização, produção e expressão sociocultural;
- f. Utilizar-se dos conhecimentos de diferentes línguas como meio de inserção sociocultural;
- g. Compreender os aspectos sócio-históricos da linguagem.

5 - Ensino Fundamental - 4º Ciclo

- a. Construir e consolidar conhecimentos específicos de diversas linguagens e utilizá-los como meio de ampliação e ressignificação de valores, saberes e práticas sociais;
- b. Apropriar-se das linguagens específicas das diferentes áreas do conhecimento, seus códigos e suas formas de organização na construção de valores, saberes e práticas sociais;
- c. Empregar com autonomia os conhecimentos instrumentais da língua materna na compreensão e na produção de textos;
- d. Apropriar-se das diferentes variações de expressão da língua como traço sociocultural de sua construção e de sua utilização, relacionando-as com os conhecimentos teóricos e suas diversas aplicações;
- e. Compreender o papel das línguas nas sociedades como forma de organização, produção e expressão sociocultural;

f.. Utilizar-se dos conhecimentos de diferentes línguas como meio de inserção sociocultural;

6 – Educação de Jovens, Adultos e Idosos - 1º Ciclo

a. Relacionar as experiências de leitura e de escrita vividas no seu cotidiano com o uso da língua

em situações comunicativas formais;

b. Compreender e utilizar o sistema de escrita em variadas situações;

c. Desenvolver as competências textuais, a expressão oral, a criatividade e a articulação de raciocínios lógicos;

d. Utilizar-se de diversos suportes de leitura, com vistas à ampliação da compreensão do mundo.

7 - Educação de Jovens, Adultos e Idosos - 2º Ciclo

a. Compreender e utilizar a escrita em suas diferentes funções, gêneros e tipos textuais;

b. Produzir textos, de acordo com as convenções da língua materna;

c. Reconhecer o processo interativo como espaço de construção dos sentidos do texto;

d. Identificar aspectos como organização, gênero, marcas textuais, referências, condições de produção, usos e funções;

e. Observar e utilizar a língua em situações variadas, reconhecendo-a como marca identitária.

8 - Educação de Jovens, Adultos e Idosos - 3º Ciclo

a. Construir conhecimentos específicos das diversas linguagens e utilizá-los como meio de

ampliação e ressignificação de valores, saberes e práticas sociais;

b. Utilizar-se das linguagens específicas de diferentes áreas do conhecimento, seus códigos e suas formas de organização na construção de valores, conhecimentos e práticas sociais;

- c. Identificar as diferentes variações de expressão da língua como traço sociocultural de sua construção e utilização, relacionando-as aos conhecimentos teóricos e suas aplicações;
- d. Reconhecer o processo interativo como espaço de construção dos sentidos do texto;
- e. Identificar nos diferentes textos aspectos como organização, gênero, marcas textuais, imagens, referências, condições de produção, usos e funções;
- f. Compreender o papel das línguas nas sociedades como forma de organização, produção e expressão sociocultural;
- g. Compreender a arte em suas diversas manifestações culturais como forma de representação do mundo.

9 - Educação de Jovens, Adultos e Idosos - 4º Ciclo

- a. Utilizar os conhecimentos de diferentes línguas como meio de inserção sociocultural;
- b. Empregar as linguagens específicas de diferentes áreas do conhecimento, seus códigos e suas formas de organização na construção de valores, conhecimentos e práticas sociais;
- c. Identificar as diferentes variações de expressão da língua como traço sociocultural de sua construção e utilização, relacionando-as com os conhecimentos teóricos e suas diversas aplicações;
- d. Produzir textos, considerando aspectos como organização, gênero, marcas textuais, imagens, referências, condições de produção, usos e funções.

II - Eixo Tempo, Espaço e Cidadania

1 – Educação Infantil

- a. Conviver com a diversidade, respeitando e valorizando as diferenças;
- b. Desenvolver-se de forma saudável, apreendendo formas de cuidado consigo e com o outro;
- c. Apreender formas de trabalhar de maneira coletiva, organizada e planejada, com crescente autonomia e responsabilidade sobre si, sobre o outro e sobre o ambiente.

2 - Ensino Fundamental - 1º Ciclo

- a. Reconhecer-se como sujeito de direitos e do processo de construção de conhecimento, na interação com o outro e com o mundo;
- b. Valorizar o trabalho e a convivência em grupo;
- c. Reconhecer e respeitar a diversidade de espaços e culturas;
- d. Construir noções de espaço e de tempo, a partir da materialidade vivida nas situações cotidianas;
- e. Reconhecer o espaço geográfico onde vive, sua dimensão física e histórica;
- f. Construir conceitos geométricos e espaciais, ampliando o seu olhar sobre o mundo;
- g. Estabelecer relações entre presente e passado, a partir das suas vivências;
- h. Reconhecer sua história de vida como parte da cultura.

3 - Ensino Fundamental - 2º Ciclo

- a. Desenvolver noções da relação tempo-espço, bem como as transformações ocorridas pela ação da humanidade ao longo da história;
- b. Reconhecer e respeitar a diversidade cultural e sua complexidade;
- c. Desenvolver e ampliar a noção de direitos e deveres;
- d. Ampliar a noção de coletividade e suas implicações nas relações sociais cotidianas;
- e. Conhecer o espaço geográfico onde vive, sua dimensão física, econômica, política, histórica e cultural;

- f. Reconhecer e utilizar-se das diversas expressões artísticas, articulando-as com sua dimensão social;
- g. Sistematizar conceitos geométricos e espaciais, ampliando seu olhar sobre o mundo.

4 - Ensino Fundamental - 3º Ciclo

- a. Conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos, em diversos tempos e espaços, em suas manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais, reconhecendo semelhanças e diferenças, conflitos e contradições sociais;
- b. Identificar e compreender que o direito se estabelece através da disputa e da negociação entre os diferentes interesses e concepções de sociedade;
- c. Compreender a necessidade de regras para a organização social;
- d. Vivenciar processos democráticos de estabelecimento de regras coletivas;
- e. Elaborar noções de espaço e tempo geográfico e político, identificando seu processo de organização e suas implicações na constituição dos sujeitos e grupos;
- f. Refletir e identificar formas de intervenção na sociedade, visando torná-la mais justa, igualitária e fraterna.

5 - Ensino Fundamental - 4º Ciclo

- a. Reconhecer, respeitar e valorizar o modo de vida de diferentes grupos, em diversos tempos e espaços, em suas manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais, reconhecendo semelhanças e diferenças, conflitos e contradições sociais;
- b. Vivenciar a cidadania e a participação social e política, no exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais;
- c. Elaborar formas de intervenção na comunidade, questionando a realidade, identificando problemas e possíveis soluções, visando tornar a convivência social mais justa, igualitária e fraterna;
- d. Perceber, conhecer e refletir sobre a realidade local, suas características e os processos de transformações por que passa;

e. Compreender a especialidade e a temporalidade dos fenômenos sociais, culturais, políticos e tecnológicos, bem como suas dinâmicas e processos de interação.

6 – Educação de Jovens, Adultos e Idosos - 1º Ciclo

- a. Reconhecer e interagir com a diversidade de espaços e culturas;
- b. Construir noções de espaço e de tempo, a partir da materialidade vivida nas situações cotidianas;
- c. Reconhecer diferentes espaços geográficos, sua dimensão física e histórica;
- d. Estabelecer relações entre presente e passado, a partir das suas vivências e histórias;
- e. Reconhecer as diferentes histórias de vida e de trabalho como construção sociocultural;
- f. Construir conceitos geométricos e espaciais, relacionando-os à vida cotidiana e seus desafios.

7 - Educação de Jovens, Adultos e Idosos - 2º Ciclo

- a. Reconhecer e interagir com a diversidade de espaços e culturas, sua dimensão física, econômica, política e histórica;
- b. Construir noções de espaço e de tempo, a partir da materialidade vivida nas situações cotidianas, em que se desenvolve a ação humana e em que interagem os diversos atores sociais;
- c. Reconhecer diferentes espaços geográficos, sua dimensão física e histórica, identificando as transformações provocadas pela ação da humanidade;
- d. Reconhecer as diferentes histórias de vida e de trabalho como construção sociocultural, estabelecendo relações entre presente e passado;
- e. Desenvolver e ampliar a noção de direitos e deveres e a noção de coletividade para fundamentar a noção de cidadania, bem como suas implicações nas relações sociais cotidianas;

- f. Sistematizar conceitos geométricos e espaciais, ampliando o seu olhar sobre o mundo;
- g. Reconhecer e utilizar as diversas expressões artísticas, articulando-as com sua dimensão social.

8 - Educação de Jovens, Adultos e Idosos - 3º Ciclo

- a. Conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos, em diversos tempos e espaços, em suas manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais, reconhecendo semelhanças e diferenças, conflitos e contradições sociais;
- b. Reconhecer a existência de diferentes interesses e concepções de sociedade e as disputas socioculturais e políticas que estabelecem;
- c. Identificar e compreender que o direito se estabelece através da disputa e da negociação entre as diferentes concepções de sociedade;
- d. Compreender a necessidade de regras para a organização social;
- e. Vivenciar processos democráticos de estabelecimento de regras coletivas;
- f. Elaborar noções de espaço e tempo geográfico e político, identificando processos de organização dos mesmos e suas implicações na constituição dos sujeitos e grupos, considerando as condições objetivas de vida e de trabalho;
- g. Identificar formas de intervenção na realidade, problemas e possíveis soluções, conhecendo formas e organizações que possibilitem modos de atuação, visando tornar a sociedade mais justa, igualitária e fraterna;
- h. Compreender, refletir e discutir questões relacionadas à autonomia e à identidade, na perspectiva das diferenças e das constituições culturais, étnicas, religiosas, econômicas, sociais, de gênero, de orientação sexual, bem como seus desdobramentos históricos.

9 - Educação de Jovens, Adultos e Idosos - 4º Ciclo

- a. Reconhecer, respeitar e valorizar o modo de vida de diferentes grupos, em diversos tempos e espaços, em suas manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais, reconhecendo semelhanças e diferenças, conflitos e contradições sociais;

- b. Vivenciar a participação social e política, no exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, com vistas ao aprofundamento da compreensão da realidade e ao fortalecimento da cidadania;
- c. Elaborar formas de intervenção na comunidade, questionando a realidade, identificando problemas e possíveis soluções, visando tornar a convivência social mais justa, igualitária e fraterna;
- d. Perceber, conhecer, refletir e dimensionar a realidade local, suas transformações e características;
- e. Compreender a especialidade e a temporalidade de fenômenos sociais, culturais, políticos e tecnológicos, suas dinâmicas e interações;
- f. Compreender, refletir e discutir questões relacionadas à autonomia e à identidade, na perspectiva das diferenças e das constituições culturais, étnicas, religiosas, econômicas, sociais, de gênero, de orientação sexual, bem como seus desdobramentos históricos;
- g. Posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas.

III - Eixo Ciências, Tecnologias e Desenvolvimento Sustentável

1 - Educação Infantil

- a. Construir conhecimentos sobre o ambiente social e natural;
- b. Apropriar-se das diferentes tecnologias da informação e da comunicação, a partir das atividades cotidianas.

2 - Ensino Fundamental - 1º Ciclo

- a. Conhecer a simbologia com a qual se representam a linguagem e o raciocínio matemáticos;
- b. Levantar, conferir e validar hipóteses, especialmente em atividades coletivas, a partir de diferentes situações-problema vividas no cotidiano;

- c. Conhecer e utilizar as tecnologias da informação e da comunicação na construção de valores, conhecimentos e práticas sociais;
- d. Conhecer fatos e características da dinâmica da natureza em diferentes ecossistemas e a ação da humanidade sobre o mundo natural;
- e. Compreender as ciências como processos de produção de conhecimento e como atividade humana.

3 - Ensino Fundamental - 2º Ciclo

- a. Levantar, conferir e validar hipóteses, especialmente em atividades individuais que desenvolvam a autonomia, a partir de diferentes situações-problema vividas no cotidiano;
- b. Utilizar conceitos e procedimentos matemáticos na resolução de situações-problema do cotidiano, comparando e analisando diferentes estratégias de solução;
- c. Conhecer e utilizar as ferramentas das tecnologias da informação e da comunicação para a análise, a interpretação, a elaboração e a socialização de valores, conhecimentos e práticas e sociais;
- d. Identificar e compreender a dinâmica da natureza em diferentes ecossistemas, construindo valores comprometidos com a preservação da vida;
- e. Compreender as ciências como processos de produção de conhecimento e como atividade humana, apropriando-se de conceitos, idéias e métodos das diferentes áreas das ciências como ferramentas para aprofundar a compreensão do mundo e para solucionar problemas e desafios colocados pela realidade.

4 - Ensino Fundamental - 3º Ciclo

- a. Compreender as ciências como processos de produção de conhecimento e como uma atividade humana que se processa histórica, social, econômica, política e culturalmente;
- b. Problematizar e utilizar conceitos, idéias e métodos das diferentes áreas das ciências como ferramentas para aprofundar a compreensão do mundo e para solucionar problemas e desafios colocados pela realidade;

- c. Relacionar a produção de conhecimentos científicos e de tecnologias com as condições de vida do ser humano e com a preservação do planeta;
- d. Apropriar-se com autonomia das ferramentas das tecnologias da informação e da comunicação para a análise, a interpretação, a elaboração e a socialização de valores, conhecimentos e práticas sociais;
- e. Conhecer, interpretar e buscar possibilidades para a ação da humanidade no mundo natural, pautadas pela responsabilidade sócio-ambiental;

5 - Ensino Fundamental - 4º Ciclo

- a. Compreender as ciências como processos de produção de conhecimento e como uma atividade humana que se processa histórica, social, econômica, política e culturalmente;
- b. Estabelecer relações entre conceitos, idéias e métodos das diferentes áreas das ciências e utilizá-las como ferramentas para aprofundar a compreensão do mundo e para a solução de problemas e desafios colocados pela realidade;
- c. Relacionar a produção de conhecimentos científicos, de tecnologia e de inovação com as condições de vida do ser humano ao longo da história e na atualidade e com a preservação da vida e do planeta;
- d. Aprimorar-se no emprego de ferramentas das tecnologias da informação e da comunicação para a análise, a interpretação, a elaboração e a socialização de valores, conhecimentos e práticas sociais;
- e. Aprofundar o conhecimento sobre a ação da humanidade no mundo natural, identificando alternativas para a sustentabilidade do planeta e para a preservação da vida.

6 - Educação de Jovens, Adultos e Idosos - 1º Ciclo

- a. Identificar a simbologia com a qual se representa a linguagem e o raciocínio matemáticos, relacionando-a com a experiência de vida e de trabalho;
- b. Estabelecer relações lógicas na resolução de situações-problema do seu cotidiano, levantando, conferindo e validando hipóteses, individualmente e coletivamente;

- c. Conhecer as tecnologias da informação e da comunicação na construção de valores, conhecimentos e práticas sociais, buscando, sempre que possível, relacioná-los com o mundo do trabalho;
- d. Identificar fatos e características da dinâmica da natureza em diferentes ecossistemas e a ação da humanidade sobre o mundo natural, a partir das próprias vivências e conhecimentos;
- e. Compreender a produção do conhecimento como atividade humana que se processa histórica, social, econômica, política e culturalmente;

7 – Educação de Jovens, Adultos e Idosos - 2º Ciclo

- a. Estabelecer relações lógicas na resolução de situações-problema do cotidiano, levantando, conferindo e validando hipóteses, individualmente ou coletivamente;
- b. Utilizar conceitos e procedimentos matemáticos na resolução de situações-problema do cotidiano, comparando e analisando diferentes estratégias de solução e relacionando-as à sua experiência de vida e de trabalho;
- c. Apropriar-se das ferramentas das tecnologias da informação e da comunicação para a análise, a interpretação, a elaboração e a socialização de conhecimentos, práticas e valores, buscando, sempre que possível, relacioná-los com o mundo do trabalho;
- d. Identificar e compreender a dinâmica da natureza em diferentes ecossistemas, a partir das próprias vivências e conhecimentos;
- e. Conhecer e interpretar o mundo natural e cultural, buscando intervir para a sua transformação;
- f. Compreender o processo de conhecimento como atividade humana construída histórica, social, econômica, política e culturalmente, relacionando-a com a vida prática e com o mundo do trabalho;

g. Conhecer e utilizar conceitos, idéias e métodos das diferentes áreas das ciências como ferramentas para aprofundar a compreensão da realidade.

8 – Educação de Jovens, Adultos e Idosos - 3º Ciclo

a. Problematicar o processo de produção do conhecimento como atividade humana, construída

histórica, social, econômica, política e culturalmente, relacionando-as com a vida prática e com o mundo do trabalho;

b. Conhecer e utilizar conceitos, idéias e métodos das diferentes áreas do conhecimento como instrumento para aprofundar a compreensão da realidade e para solucionar problemas e desafios do mundo do trabalho;

c. Relacionar a produção de conhecimentos científicos e de tecnologia com as condições de vida do ser humano e os modos de produção;

d. Aprimorar-se na utilização autônoma de ferramentas das tecnologias da informação e da comunicação para a análise, a interpretação, a elaboração e a socialização de valores, conhecimentos e práticas sociais, buscando relacioná-los com a vida cotidiana e com o mundo do trabalho;

e. Conhecer e interpretar a ação da humanidade sobre o mundo natural, tomando como referência a vida cotidiana e identificando alternativas de sustentabilidade e de preservação.

9 - Educação de Jovens, Adultos e Idosos - 4º Ciclo

a. Problematicar a produção do conhecimento, reconhecendo sua construção histórica, social, econômica, política e cultural.

b. Conhecer e estabelecer relações entre conceitos e métodos das diferentes áreas do conhecimento, utilizando-as como instrumento para aprofundar a compreensão da realidade e para solucionar problemas e desafios da realidade e do mundo do trabalho;

c. Relacionar a produção de conhecimentos científicos e de tecnologia, com as condições de vida do ser humano e os modos de produção ao longo da história;

d. Utilizar as ferramentas das tecnologias da informação e da comunicação para a análise, a interpretação, a elaboração e a socialização de valores, conhecimentos e práticas sociais,

relacionando-os com a vida cotidiana e com o mundo do trabalho;

e. Conhecer, interpretar e buscar possibilidades da ação da humanidade sobre o mundo natural, pautadas pela preservação do planeta.

Art. 11: Os processos de mediação pedagógica e avaliação a serem desenvolvidos no cotidiano das Unidades de Educação deverão priorizar:

1. A construção coletiva do conhecimento, propiciando a cada sujeito a apropriação autônoma dos diferentes saberes;

2. A superação da fragmentação disciplinar e a articulação dos conhecimentos a partir de Eixos de estudo e Pesquisa, Projetos de Trabalho, Complexos Temáticos, Temas Geradores, entre outras formas de organização curricular, de modo a colocar o aluno, com suas possibilidades e limites, no centro dos processos, buscando a construção de sua autonomia;

3. A problematização da realidade e dos conhecimentos, reconhecendo e valorizando o diálogo com o aluno, sua rede de relações, sua visão de mundo, as linguagens que expressa, suas possibilidades e potencialidades;

4. A mediação pedagógica organizada a partir do desenvolvimento de projetos, formulação e resolução de problemas, estudo de caso, iniciação à pesquisa e elaboração de sínteses significativas, entre outras formas de mediação pedagógica formuladas, implementadas e avaliadas coletivamente pelos profissionais da educação, em diálogo com as necessidades e possibilidades da comunidade escolar;

5. A prática pedagógica dialógica desenvolvida por meio de diversas e significativas atividades, que podem se valer do uso de tecnologias da informação e da comunicação e de estudos e pesquisas individuais ou em grupo, no âmbito dos Grupos de Referência ou nos processos de Reagrupamento.

Art. 12: A presente Portaria será revista, até 31 de janeiro de 2009, de modo a se adequar aos

Referenciais Curriculares e Didáticos da Rede Municipal de Educação de Niterói.

Parágrafo 1º: Os Referenciais Curriculares e Didáticos a que se refere o *caput* deste Artigo serão

construídos de forma participativa pela comunidade escolar da Rede Municipal de Educação de Niterói,

em especial pelos seus profissionais da educação.

Parágrafo 2º: Os Referenciais Curriculares e Didáticos detalharão a presente Portaria, oferecendo orientações curriculares e didáticas para a Educação Infantil, para o Ensino Fundamental e para a Educação de Jovens, Adultos e Idosos.

Art. 13: Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCH
Escola de Educação - EE

MONOGRAFIA II

ALUNO(A)/matrícula: Bianca do Nascimento Corrêa dos Santos

TÍTULO DO TRABALHO MONOGRÁFICO: A formação do educador em uma escola organizada em ciclos.

ORIENTADOR(A): Claudia de Oliveira Fernandes

FICHA DE AVALIAÇÃO FINAL

PRIMEIRO AVALIADOR

Professor convidado: Maria Elene Niana Souza

Nota: 2,0

Considerações:

Operar da aluna apresentar uma temática bastante relevante, considero que o seu objetivo primeiro que era identificar as necessidades dos educadores para se adaptar ao sistema de ciclos poderia ter sido mais aprofundado se a aluna não tivesse escrito o quarto capítulo pontuado somente e muito pouco, em Paulo Freire e Vygotsky, ou seja, o papel de atividade na formação de professores foi pouco analisado.

Além disso, o trabalho apresenta alguns equívocos de forma que atrapalhou um pouco o entendimento do conteúdo. Mas, com certeza a elaboração desta monografia representou crescimento de conhecimentos tanto para a aluna quanto para a área da Pedagogia.

DATA: 21/12/2009

Assinatura: Maria Elene Niana Souza

Parabéns por ^{mais} uma etapa vencida!

SEGUNDO AVALIADOR

Professor orientador: CLAUDIA DE OLIVEIRA FERNANDES

Nota: 10.0

Considerações:

A monografia apresenta uma grande riqueza bibliográfica sobre a política de implantação dos eixos em Nitro e apresenta uma temática bastante relevante para a pesquisa sobre eixos que é a relação eixos / formas de projetos.

O trabalho está bem cuidado e cumpre todas as exigências de uma pesquisa de nível monográfico.

Baixa procura ler e se apropriar dos vários conceitos sobre o tema e cumprir sua tarefa com bastante comprometimento e seriedade. Parabenos e felicidades.

Data: 14/12/2009

Assinatura: Claudia de Lencques

RESULTADO FINAL

Avaliador 1	Avaliador 2	Média final
8.0	10.0	9.0

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2009.

Claudia de Lencques

Prof. Orientador